SOBRESSALTOS DO DISCURSO

Algumas aproximações da análise do discurso



Aloísio de Medeiros Dantas

EDUFCG

Aloísio de Medeiros Dantas ingressou no mundo acadêmico, como professor universitário, em 1991, no Departamento de Letras, da Universidade Federal da Paraíba, atualmente Unidade Acadêmica de Letras, da Universidade Federal de Campina Grande. Durante os anos de 2004 e 2005, esteve ensinando na Universidade Federal de Roraima. Hoje integra o grupo do Mestrado em Linguagem e Ensino, da UAL/CH/UFCG. As suas orientações a alunos de graduação e pós-graduação organizaram-se em torno de reflexões sobre o texto ou o discurso.

O professor sempre teve seus esforços de pesquisa dirigidos para a análise do discurso, desde o momento em que ingressou no Mestrado, onde defendeu uma dissertação, que trata das relações entre discurso e poder. Já como professor da UFCG, antiga UFPB, em 1991, planejou e executou um curso de extensão sobre discurso político em telejornal e apresentou comunicações na área. Em 1994 ingressou no Doutorado da UNESP de Araraquara, onde defendeu tese, que versa sobre a construção do mito político em suas relações com o discurso histórico. Publicou, em diferentes revistas especializadas, os seguintes trabalhos: A inscrição da língua no discurso (Graphos: João Pessoa, 1999), Parâmetros para o ensino do português: contribuições da Análise do Discurso In Dias, L. (org.) Texto, escrita, interpretação: ensino e pesquisa (João Pessoa: Idéia, 2001), Discurso, diálogo e silêncio (Ariús: Campina Grande, 2001), Os sentidos do político em discursos de campanha (Leitura: Maceió, 2002), Estilo e discurso: uma releitura da Estilística (Boletim da Abralin: Fortaleza, 2003), O discurso e o professor de português (Acta Scientiarum: Maringá, 2003), O texto e o professor de português (Graphos: João Pessoa, 2003), Efeitos de sentido e memória na fala do professor In LUCENA, I. (org.) Análise do discurso: das movências de sentido às do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

ISBN85-89674-23-1

9 788589 674232

EDUFCG

SOBRESSALTOS DO DISCURSO
(ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO)

EDUFCG

Editora da Universidade Federal de Campina Grande

UFCG/BIBLIOTECA

SOBRESSALTOS DO DISCURSO
(ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO)

Aloísio de Medeiros Dantas

EDUFCG

Editora da Universidade Federal de Campina Grande

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

D192s

Dantas, Aloísio de Medeiros
Sobressaltos do Discurso – Algumas aproximações da análise do discurso; Aloísio de Medeiros Dantas; Campina Grande; EDUFCG; 2007; 137p

ISBN: 85-89674-23-1

1- Análise do discurso. 2- Linguística. I - Título

CDU 81'42

EDUFCG



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. Dr. Edílson Amorim
Vice-Reitor

Prof.Dr.Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCG

Antonio Gomes da Silva
Diretor Comercial da EDUFCG

Conselho Editorial da EDUFCG

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN
Profª Consuelo Padilha Vilar - CCBS
Prof.Joaquim Cavalcante Alencar – CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro – CH
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues – CSTR (Patos)
Prof. Warderley Alves de Sousa – CFP (Cajazeiras)

Autor
Aloísio de Medeiros Dantas

Editoração Eletrônica e Capa
Lívia Brasil

Campina Grande - 2007
Todos os direitos reservados à EDUFCG
edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

SUMÁRIO

Introdução 11

1 – Confrontos e perspectivas 15
1.1 – Análise do Discurso: teoria e metodologia 15
1.2 – Ordem da língua e ordem do discurso 18
1.3 – Análise do Discurso e Lingüística 23
1.4 – Análise do Discurso e Gramática 29
1.5 – Análise do Discurso e Ensino 34

2 – Conceitos fundadores 41
2.1 – Pré-construído 41
2.2 – Efeitos de sentido 46
2.3 – Formação discursiva 52
2.4 – Paráfrase e polissemia 58

3 – Os indivíduos interpelados em sujeitos 65
3.1 – Sujeito e ideologia 65
3.2 – Sujeito e atividade lingüística 70
3.3 – O interdiscurso 73
3.4 – O intradiscurso 79

4 – Os discursos e seus textos 87
4.1 – Discurso e texto 87
4.2 – Gêneros do discurso 92
4.3 – Autoria e sujeito 96

5 – Conceitos analíticos 103
5.1 – Discurso e interpretação 103
5.2 – Discurso como acontecimento 108
5.3 – Discurso e silêncio 113
5.4 – Discurso e sentido 120
5.5 – O espaço da aula e os discursos 125

Considerações finais 131

INTRODUÇÃO

Pretendemos com esse conjunto de pequenos estudos introduzir o professor de língua portuguesa e outros interessados em linguagem no universo do sentido, que se manifesta em estruturas lingüísticas, organizações textuais e saberes discursivos.

Já no início da jornada, deparamo-nos com um problema, de aparência simples, mas que exige do estudioso uma decisão. Esse problema pode ser expresso por uma pergunta corriqueira, insistentemente repetida: o que vamos estudar?

Chegamos ao que se denomina, em **Metodologia Científica,** de método, ou seja, os diferentes caminhos para se chegar à descrição e explicação daquilo que se vai estudar. Esses caminhos ou esses olhares, diferentes maneiras de ver alguma coisa, envolvem procedimentos aqui genericamente considerados como argumentação teórica, técnicas de descrição, modelos de análise e abstrações interpretativas. O escopo de nossos micro-ensaios não permite que detalhemos os modos de consideração de cada uma dessas etapas epistemologicamente constituídas, apenas comentaremos rapidamente cada uma delas.

Teoricamente, situamo-nos no vasto campo do que se denomina Análise de Discurso, sem que com isso pretendamos nos filiar a quadros teóricos fechados e restritivos da reflexão. Defendemos, portanto, que a teoria advém da intuição e da observação de fenômenos discursivos.

Compreendemos técnicas de descrição como as operações realizadas pelo estudioso sobre o material lingüístico observável:

as operações podem ser seleção, recorte e escolha do ponto de vista; já o material lingüístico observável podem ser estruturas morfo-sintáticas, manifestações semântico-pragmáticas, enunciados ou textos.

Distinguimos dois modelos de análise: aquele que generaliza a partir de dados observáveis e aquele que, intuitivamente, prevê outras possibilidades de sentido. O primeiro deságua em explicações sobre usos do linguajar cotidiano, enquanto o segundo indica o movimento dos sentidos no funcionamento da língua.

A abstração interpretativa faz com que o pesquisador/ estudioso mergulhe profundamente no discurso e traga de suas entranhas as pérolas escondidas, aqueles sentidos que fogem do sujeito e arremessam este numa confusão de si mesmo.

Nesse contexto, inserimos perguntas: um estudo desse serve ao professor da era das informações? Qual sua utilidade para o cidadão comum de um mundo informatizado? A informação chega ao professor ou ao cidadão comum, quando, como, em que lugar, com que interesses? Sem querer impor respostas ou antecipar finais, defendemos que a informação nunca vem sozinha, mas acompanhada de um conjunto de interesses econômico-políticos, valores sócio-culturais e estratégias retóricas de ocultação de alguns sentidos. Acreditamos que, num quadro assim pintado, compreender porque dizemos ou escondemos esses sentidos torna-se essencial para desmascarar a nossa existência de sujeitos.

O livro está organizado em cinco capítulos, dos quais constam abordagens propedêuticas e conceitos vitais da Análise

do Discurso e pequenos textos, que recebem análise.

No primeiro capítulo, apresentamos os confrontos e as perspectivas, estabelecendo relações da Análise do Discurso com a Lingüística, a Gramática e as propostas de ensino da língua portuguesa. Para que essas diferenciações sejam melhor assimiladas, sentimos a necessidade de circunscrever a fundação teórica da reflexão discursiva, bem como as fronteiras que delimitam os estudos lingüísticos daqueles discursivo-textuais.

No segundo capítulo, estudaremos os conceitos fundadores da disciplina, entre os quais escolhemos o pré-construído, que instaura no dizer de qualquer sujeito falas esquecidas e que vêm à tona na superfície do discurso, num campo limítrofe entre o cultural e o político. Por sua vez, o olhar sobre os textos permite que consideremos a constituição destes enquanto discurso, através de diferentes efeitos de sentido, produzidos seja pelo falante-escritor, seja pelo ouvinte-leitor. Num terceiro momento, estudamos o conceito fundamental de formação discursiva, por meio do qual podemos dizer, de um mesmo lugar textual, diferentes discursos, considerando as opiniões e formação histórica de cada sujeito. Por fim, incluímos nesse elenco a oposição paráfrase-polissemia, por serem mecanismos semântico-enunciativos que processam os sentidos em discurso.

O terceiro capítulo é todo dedicado à reflexão sobre o sujeito, essa noção basilar da Análise do Discurso. O sujeito será considerado em sua relação com a ideologia, sem uma preocupação muito técnica e teoricista sobre o último conceito; no modo como trabalha com a língua, seja com o material simbólico em sua

organização, seja estruturando ou reestruturando-se, na ordem própria da língua; essas duas relações, com a ideologia e a língua, materializam-se nos dois conceitos cunhados por Michel Pêcheux, o interdiscurso, onde são estabelecidas as relações do discurso com outros discursos, e o intradiscurso, onde o sujeito "toca" o material enunciativo-textual da língua, com a possibilidade de formulação ou reformulação.

O quarto capítulo tratará de como o discurso se manifesta em texto, através de suas diferenciações, dos diferentes gêneros e do modo como o sujeito se constitui em autor para organizar o texto e atribuir-lhe princípios norteadores.

O quinto e último capítulo tratará daqueles conceitos que necessariamente são exigidos na prática analítica, como os gestos de interpretação, as formas de acontecimento do discurso, os silenciamentos de sentido, a reflexão sobre o sentido em si mesmo e um último tópico, no qual se retoma a temática do ensino, para a reflexão sobre o discurso no espaço da aula.

Este pequeno livro pretende introduzir o professor em conceitos fundamentais de Análise do Discurso, juntamente com a insistência em práticas de análise, que estão presentes em quase todos os tópicos.

Capítulo 1 - Confrontos e perspectivas

1.1 – Análise do discurso: teoria e metodologia

Discutiremos alguns aspectos necessários para sabermos como se constituiu o que hoje se denomina **Análise do Discurso**. Diremos inicialmente que a AD surgiu da reflexão sobre três campos: teoria das ideologias, teoria do inconsciente e estruturalismo. Entretanto, para chegar a essas áreas de pensamento, Michel sentiu a necessidade de refletir sobre a abordagem metodológica das ciências sociais.

O objetivo de Pêcheux era "abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais" (Henry, 1990) e para tanto ele pretendia "fornecer às ciências sociais um instrumento científico" (idem), o que as ajudaria a passar do estágio de pré-cientificidade. Instrumento científico, em Pêcheux, relaciona-se às condições de produção da ciência e ao modo como o próprio discurso da ciência constrói o seu objeto: distinguem-se dois momentos, a ruptura ideológica com o quadro teórico anterior, que tem mais uma natureza teórica, e a construção metodológica do novo objeto, num outro quadro ideológico e político-cultural, onde os instrumentos (métodos, conceitos, objetivos) têm uma função mais determinante. Duas observações:

> "o momento fundador de uma ciência é também aquele da reinvenção dos instrumentos e das ferramentas que são necessários e que são procurados onde a ciência pode encontrá-los - nas práticas científicas já estabelecidas, bem como nas

'práticas técnicas', isto é, práticas ligadas ao processo de produção"; cada vez que um instrumento ou experimento é transferido de um ramo de ciência para outro, ou *a fortiori* de uma ciência para outra, este instrumento ou experimento é de algum modo reinventado, tornando-se ou instrumento ou experimento desta ciência em particular, ou deste ramo particular de ciência" (Henry, 1990, p.16-17).

Desse modo, a AD precisa ter uma teoria do discurso e os conceitos, que ela toma de empréstimo, devem ser reinventados, porque, para Pêcheux, as ciências sociais são ideologias. Dessa questão metodológica, pode-se afirmar que:

a) a prática científica é uma continuação da prática técnica;

b) os instrumentos científicos autorizam ou contestam posições ideológicas, ou seja, intervêm no combate ideológico;

c) a ideologia transforma as técnicas em processos ideológicos;

d) a ideologia interfere nas relações sociais de produção, dividindo os trabalhadores dos não-trabalhadores.

Voltaremos aos campos de formação da AD, refletindo sobre a teoria das ideologias. Essa preocupação de Pêcheux com a ideologia fundamenta-se em Althusser, especificamente na releitura que este faz de Marx:

> "Dissemos que Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por níveis ou instâncias articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica

(unidade de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois níveis ou instâncias: a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc.)" (Althusser, 1985, p.60).

Pêcheux recusa a concepção de linguagem em que esta serve como instrumento de comunicação. Esta concepção pretende mascarar e obscurecer a ligação da linguagem e do discurso com a prática política e a importância que as ciências sociais têm nesse processo. Num determinado sistema de trabalho, os seus agentes são colocados em seus lugares previamente determinados e o sujeito não tem acesso ao processo sócio-ideológico que fundou esse lugar: ex, as diferentes posições funcionais num grupo social urbano: policial, motorista, professor, médico, dentista, que, respeitando suas especificidades, são consideradas como "profissões". Pêcheux afirma que a ideologia 'recruta' sujeitos entre todos os indivíduos, e a pesquisa de análise do discurso deve descobrir o modo como tais indivíduos aceitam tal recrutamento e por que essa aceitação se realiza como evidência inquestionável do sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem na condição de 'sujeitos falantes'" (Pêcheux, 1996).

O que foi o estruturalismo em AD? O estruturalismo teve um papel importante dentro das ciências humanas, renovando o que se denomina humanismo e, tomando como sinônimos os conceitos de cultura e linguagem, qualquer fato cultural podia receber uma análise lingüística, através da transferência de

conceitos e métodos lingüísticos para ciências como antropologia, sociologia e psicologia. Entretanto, esses fatos favoreceram o que se conhece como reducionismo, ou seja, explicar todos os fenômenos pelo modelo da teoria lingüística, notadamente o conceito de signo. Esse reducionismo é criticado por estudiosos como Lacan, Althusser, Derrida e Foucault. Paul Henry sintetiza essas posições críticas: "a linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível"(Henry, 1990, p.29).

A psicanálise de Lacan entra na AD na medida em que, ao reler o conceito freudiano de inconsciente, discute outro conceito fundamental para a análise de discurso, o sujeito. Lacan perseguia o que ele denominava de "cura da palavra", onde ele opera sobre a fala e define o inconsciente como estruturado sobre a linguagem e o sujeito como ser de linguagem ou ser falante.

1.2 – A ordem da língua e a ordem do discurso

A lingüística estruturalista surgiu de uma ruptura com o que se entendia por linguagem, aceitando uma percepção da língua como sistema. Entretanto, com o retorno aos fenômenos lingüísticos, denominados por Saussure de "parole", urge uma nova compreensão do que vem a ser **língua**. E afinal, o que é língua? Em nosso estudo, vamos considerar língua como o resultado de um trabalho simbólico do sujeito de estruturar/desestruturar e que

chega para esse mesmo sujeito com uma autonomia relativa, enquanto materialidade específica do discurso. Consideramos a língua sob a ótica do funcionamento e da produção de efeitos de sentido; constitui-se em uma invariante que serve de base para as condições de acontecimento do discurso. A língua é uma sistematicidade, cujo conhecimento é construído na análise (Orlandi, 1994); conseqüentemente, é um lugar de equívoco e deslocamentos de sentido. Desse modo, a língua, que funciona em textos discursivamente constituídos, não é apenas sistema de regras e termos com funções organizadas empiricamente, mas é uma ordem que toca o equívoco, a falha e está sujeita à interpretação, porque funciona duplamente como material simbólico e histórico. Essa materialidade simultaneamente simbólica e histórica funciona na contradição entre o equívoco, o deslize, a falha e o seu efeito de sentido, constitutivo do imaginário de seus usuários, de unidade e totalidade. Por ser a materialidade da língua de natureza histórica, deixamos de ter uma estrutura lingüística, para termos uma estruturação, uma prática significativa, que podemos caracterizar como um trabalho sobre o simbólico (Orlandi, 1996). Há dois termos nessa caracterização do que seja língua, na constitutividade de textos e discursos, que precisam de mais esclarecimentos, são eles, materialidade e simbólico.

Entendemos por materialidade o conjunto dos recursos lingüísticos, o que se percebe como "gramática" de uma língua: a expressão fonológica, morfológica, lexical, sintática e semântica. Na maioria das vezes, essas expressões são entrelaçadas pelo uso que os sujeitos fazem, o que as torna historicamente

constitutivas; o jogo de palavras, o trocadilho, a piada são exemplos desse entrelaçamento histórico de recursos lingüísticos. Quando afirmamos "histórico", incluímos nesse termo aspectos culturais, políticos, étnicos, religiosos e demais valores da ética social.

Já por simbólico entendemos o sentido da língua (que resultou da materialidade escolhida, de modo consciente, pelo sujeito) afetado pela organização do texto e pela estruturação do discurso. O simbólico da língua é a conjunção do sujeito que a usa, do texto que a veicula e dos discursos transversos que a constituem.

É compreensível, portanto, que se faça distinção entre ato de linguagem, texto e discurso:

> "Não se deve confundir *discurso* com *texto*. É preciso considerar *texto* como o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes" (Charaudeau, 2001, p.25).

O texto, em nossa concepção, é aquele lugar da linguagem onde se gesta a língua, lugar onde esta é configurada e reconfigurada a todo instante. O texto, no entanto, não reestrutura a língua sozinho, mas é atravessado, e muitas vezes confundido, com diferentes discursos.

No *Jornal da Paraíba* 16 de setembro de 2001, recortamos três enunciados:

"Os proprietários rurais da Paraíba estão reagindo à CPI do Campo e vão acionar na Justiça o governo do Estado por não combater as invasões de quadrilhas formadas por ***supostos*** *´posseiros´ que estão praticando terrorismo..."*

"Eles (agricultores e posseiros da cidade de Mogeiro) *tentaram prestar queixa contra o* ***suposto*** *agressor na Capital..."*

"De acordo com os agricultores, a ação comandada pelo policial civil Sérgio Azevedo, que já foi ouvido pela CPI por praticar ***supostas*** *agressões contra trabalhadores rurais, foi realizada de forma arbitrária e truculenta."*

Os termos em negrito são classificados pela gramática tradicional como particípio irregular, mas que funciona sintaticamente nas fronteiras do adjetivo e do verbo, já que se os pusermos em orações simples, teremos: a) Os supostos posseiros formam quadrilhas, e b) Pessoas, que se supõem posseiros, formam quadrilhas. Temos, nesses exemplos, uma forma verbal que funciona como adjetivo ou oração adjetiva.

Entretanto, pragmaticamente, "suposto" é usado num texto quando se quer modalizar uma afirmação, sobre a qual o autor do texto não quer se comprometer. Se os agricultores vão denunciar um suposto agressor, eles não estão se comprometendo sobre a identidade de quem agride, mas afirmam que há um agressor.

E aqui surgem problemas para a Lingüística, que envolvem tanto as fronteiras entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, como a rediscussão das noções de modalização, pressuposição e

interdiscurso. Em termos bem gerais, diremos que modalização compreende as estratégias enunciativas através das quais o falante se distancia ou se aproxima do conteúdo que diz, comprometendo-se ou não; pressuposição remete àquelas informações que são previamente assumidas pelos usuários da língua, as quais estes não podem negar; interdiscurso são os dizeres dos outros que atravessam o discurso de quem fala ou escreve num determinado instante da enunciação. O leitor mais cuidadoso afirmará que estamos usando termos diferentes para dizer a mesma coisa, o que seria uma lamentável paráfrase. Defendemos que não e procuramos demonstrar com os exemplos a seguir: c) Digamos o suposto, que esse político é honesto; d) No Brasil, a suposta nação não impede as desigualdades; e) Na suposta fala do presidente, há erros de gramática. Em c), temos uma modalização da afirmação "esse político é honesto", o locutor não quer se comprometer com a verdade do que afirma. Em d), coloca-se uma informação prévia (o Brasil é uma nação), que não o locutor não consegue negar, mesmo que tente negar sua unidade. Em e), há uma remissão para uma "fala" do presidente, sobre a qual se faz um comentário. Mesmo que tenhamos esses três funcionamentos (sintático, semântico e pragmático), ainda persiste no termo "suposto" algo comum a todas essas realizações: a dúvida, a incerteza, a lacuna. Quando a reportagem refere-se a "suposto agressor, suposto posseiro, suposta agressão", temos um lugar para o não-dito, o silêncio e a dúvida. Isso só acontece porque "suposto" funciona simultaneamente como modalizador, pressuposto e interdiscurso, o que faz com que o seu sentido transborde as margens da língua

e opere outros discursos, que dizem mais ou menos o seguinte: **suposto agressor:** eu não vou afirmar categoricamente que ele é agressor, alguém que causa violência, mas é o que todas as pessoas estão dizendo, eu não tenho certeza, mas parece que ele é mesmo agressor; **suposto posseiro**: não estou certo disso, mas alguns agricultores afirmam que esses que se dizem posseiros não são posseiros (que possuem, ou querem possuir, terra), mas invasores que formam quadrilhas. **Suposto**, portanto, é um termo que, para ser entendido, exige do leitor muito mais do que conhecimentos lingüísticos ou organização de textos, exige dele compreensão do confronto de discursos: proprietário x trabalhador rural; política x justiça; polícia x cidadania. Mas isso só acontece com uma leitura crítica de textos comuns do dia-a-dia.

É nesse sentido que pensamos a ordem da língua e a ordem do discurso: a língua é uma materialidade onde a história intervém para produzir o deslocamento de sentido (equívoco, falha, metáfora), mantendo o caráter de unidade e totalidade, enquanto o discurso é o funcionamento dessa materialidade, por gestos como o da interpretação e interferências como a do interdiscurso.

1.3 – Análise do discurso e Lingüística.

A maior preocupação de quem estuda algum fenômeno de linguagem é como se chega à compreensão do objeto. Essa preocupação é que torna complexa a relação entre a Lingüística e a Análise de Discurso; no primeiro caso, temos uma pretensão à cientificidade, no segundo, um aprofundamento das contradições. É consensual a afirmação de que a AD deriva da Lingüística, do

Marxismo e da Psicanálise. Os dois últimos ramos do conhecimento referem-se ao esclarecimento da exterioridade do discurso (ideologia e sujeito) e o primeiro ao que há de concreto e observável no discurso, a sua constitutividade lingüística (fonemas, morfemas, frases, orações, períodos, parágrafos, textos). É por haver uma constitutividade mútua – as materialidades lingüísticas estão nos discursos e estes atravessam a língua – que são construídas diferentes interpretações ou leituras para a relação entre essas disciplinas. Se o pesquisador fala do lugar da Lingüística, e acredita na cientificidade desta, defenderá que a AD deverá tratar de fatos, determinados discursivamente e indeterminados lingüisticamente, ou indeterminados discursivamente e determinados lingüisticamente, seu objetivo central é saber o que torna aquele fato lingüístico cientificamente descritível. Se o pesquisador fala do lugar da AD, e acredita na emergência das contradições do fato lingüístico, defenderá que a AD é um caminho, entre outros, para se chegar à compreensão das fraturas e lacunas da língua, materializada em textos que dizem uma coisa para não dizer outras. Para os primeiros pesquisadores, devemos sempre lançar mão da Lingüística para explicar os fatos discursivos, apenas quando este ramo científico não puder explicar algum aspecto do discurso, é que recorreremos a uma teoria auxiliar. Por outro lado, os outros afirmam que há uma relação constitutiva entre a língua e sua exterioridade, defendendo que a materialidade do discurso é histórica e lingüística, o que explica as fraturas da língua. Abaixo, citarei dois pesquisadores que assumem uma ou outra das posições referidas.

Possenti (1988) defende que o quadro epistemológico de uma teoria do discurso deve conter uma teoria lingüística e uma teoria auxiliar. Segundo o autor, "a teoria lingüística adequada para uma teoria do discurso deve ser de tal modo concebida que declare impossível uma análise completa de qualquer enunciado sem que seja tomado em sua instância de produção". O lingüista nunca deve esquecer que "o discurso sempre contém elementos lingüísticos" e que não deve preferir "um discurso sem discurso" ou "um discurso sem língua". Por outro lado,

> "a necessidade da invocação de uma teoria auxiliar é eventual (...) ela deverá ser invocada apenas quando fornecer à lingüística informações relevantes para a interpretação de certos discursos (...) a teoria auxiliar deve ser invocada quando os mecanismos lingüísticos e as condições usuais de utilização da linguagem não forem suficientes para explicar a ocorrência e a significação do enunciado por incluir conceitos ou relações explicáveis somente no âmbito de uma teoria auxiliar ou em sua articulação com a lingüística"(op. cit., p. 30-31).

Orlandi (1994) opera uma distinção entre as duas, de modo que a Lingüística descreve "mecanismos que tornam possíveis todas as frases da língua" (repetível formal), enquanto "a AD trata do que faz com que um discurso seja uma seqüência real única" (repetível histórico). A contradição entre a Lingüística e a AD se realiza na medida em que esta última surge da primeira e dela se afasta, constituindo-se como uma interrogação aos fatos da língua. Segundo a autora, "ao mesmo tempo em que pressupõe a

Lingüística, ela (a AD) marca sua diferença em relação a ela, pois a fundamentação de uma teoria do discurso supõe uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores ao domínio da Lingüística imanente" (op. cit., p.297). Esse afastamento ou diferenciação apenas acontece, porque a AD se define como uma semântica, onde todas as contradições da linguagem se constituem. O discurso caracteriza-se como materialidade lingüística, constituído por problemas filosóficos, sociais e históricos. E esse objeto, a língua historicamente constituída, não é tratado pela lingüística tradicional.

Abaixo, analisaremos um texto com o objetivo de verificar como essas duas posições podem dialogar.

O filé para Lula, o osso para o PT

O PSDB e o PFL de FHC defendem ardorosamente que o mínimo vá a R$ 240 em 2003. O PT e provavelmente o PL de Lula reagem dizendo que assim não dá, porque o impacto seria de nada modestos R$ 153 milhões na Previdência Social e de R$ 30 milhões em seguro-desemprego e que tais. ***Quem te viu, quem te vê.*** *O PSDB e o PFL querem porque querem reduzir as alíquotas de 27,5% do Imposto de Renda e a de 9% da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). O PT não quer nem ouvir falar nisso. E os R$ 15 bilhões de receita, como cobrir?* ***Quem te viu, quem te vê.*** *O PSDB e o PFL, que incharam a partir de 94, estão na bica de perder parlamentares. O PT, que elegeu a maior bancada da Câmara, 91 deputados, já fala em romper a barreira dos cem. E o PL está de braços abertos a políticos de "direita" sem cacife (nem*

moral) para se filiar ao PT. ***Quem te viu, quem te vê.*** *Em resumo, o PSDB e o PFL se esforçam para passar de vidraça a estilingue, e o PT começa a aprender o contrário.* ***Não é mole.***

Enquanto isso, Lula sai por aí em ritmo de César Maia: é fotografado aparando a barba, empurrando cadeira de rodas, carregando bebezinhos, abraçando eleitoras, driblando jornalistas. No meio tempo, entrevistas à TV Globo e ao "Cidade Alerta", do Datena (Rede Record, da Universal). Conclui-se: o PT vai roer o osso, enquanto Lula se esbalda com o filé. Um cai na vida real das negociações e provocações do Congresso. O outro se dedica ao contato direto com "o povo" para se fortalecer politicamente e suportar mais adiante o tranco das pressões políticas e a dureza (em duplo sentido) da economia.

Resumindo, a ordem é jogar o partido às feras e preservar o principal: o mito Lula. Até quando funciona é outra história. (Eliane Cantanhêde, F.S.P: 01 de novembro de 2002)

Se considerarmos apenas empiricamente o texto em análise, perceberemos que ele receberá ou uma ou outra das leituras. No entanto, precisamos considerá-lo como uma contribuição à interpenetração entre a Lingüística e a AD. Num estudo do discurso, a Lingüística considera três aspectos nesse texto: o gênero a que ele pertence, incluindo sua autoria, a relação entre determinados enunciados e sua enunciação, e sua metalinguagem.

Por sua vez, a AD considera o lugar de onde o sujeito diz, incluindo suas condições de produção, as formações imaginárias constituídas no texto, os seus pré-construídos, além de outros aspectos que não serão aqui considerados. A pequena análise abaixo vem apenas intensificar a hipótese de junção das hipóteses acima apresentadas, sem prejuízo para a compreensão do texto.

O texto é uma coluna, de autoria de uma comentarista política. Os enunciados (que pusemos em negrito) *quem te viu, quem te vê* e *não é mole* funcionam como marcadores de ironia no tocante à inversão das posições dos partidos políticos, ironia que traz um pouco de descrédito, ou seja, o enunciado se relaciona à enunciação, como se o autor explicasse sua fala: eu digo isso, mas quero dizer aquilo. Já expressões como *provavelmente, em duplo sentido, resumindo* referem-se à própria materialidade lingüística usada no texto, numa marca de autoria que indica descompromisso, dúvida e revelação do processo semântico utilizado no texto: a polissemia significativa.

Enquanto lingüisticamente, podemos considerar a materialidade do sentido do texto, numa perspectiva discursiva, consideraremos a exterioridade, historicidade ou os sentidos se constituindo historicamente nos textos, como a elaboração de uma trama. O sujeito diz o seu discurso de um lugar de quem conhece a história política, por isso se coloca como autoridade para rir e descrer dos realinhamentos, metaforizando a situação por *vidraça* e a oposição por *estilingue*. As imagens representadas no texto apresentam Lula como um populista e um mito, construindo uma oposição entre *osso* e *filé*. Por essa formação imaginária, o PT

vai ter bastante trabalho para construir uma "negociação" política, enquanto Lula, o amado do povo, vai servir de sustentação discursiva para essas negociações. Entretanto, esse discurso só é possível, porque a autora seleciona um conjunto de pré-construídos, que aparecem antes dos enunciados *quem te viu, quem te vê*: a defesa do mínimo, redução de alíquotas do Imposto de Renda, a infidelidade partidária.

Por essa breve e insuficiente análise, podemos perceber como podemos aliar leituras de fundo lingüístico-enunciativo e aquelas de fundamentação teórico-discursiva, até porque não podemos precisamente afirmar onde termina a língua e começa o discurso, tudo o que temos são textos e estes ora apontam para fatos lingüísticos, ora se dirigem a interpretações discursivas.

1.4 – Análise do discurso e Gramática.

Queremos, nesse espaço, pensar, não especificamente a relação entre essas unidades de conhecimento, mas como a AD ajuda a compreender melhor a instituição da Gramática como um instrumento de saber em nossa sociedade. Não exploraremos todas as possibilidades que tais reflexões podem gerar, mas acreditamos que esclareceremos alguns pontos.

Auroux (1992) preocupa-se em definir a gramática como um instrumento tecnológico, que, de uma maneira ou de outra, modifica a realidade do conhecimento sobre as línguas. Define *gramatização* como "o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias: a gramática e o dicionário" (p.65). Essa tecnologia se realiza por uma construção

metalingüística, a partir de dois fatos: a constituição de um *corpus*, caracterizado como uma fragmentação da cadeia falada, e a normatização da língua. Por outras palavras, você separa uma porção da fala (ou da escrita) e estabelece regras, o que se define como uma gramática. Se não acontece tal gramatização, segundo o autor, ocorrerá uma intensa liberdade de variação, com descontinuidades dialetais (surgirão muitos dialetos, o que impossibilitará a unidade da língua); a gramatização reduzirá essa variação: a gramática serve de instrumento para conter a dispersão das línguas. A gramatização não tem um poder absoluto sobre as mudanças, porque as práticas lingüísticas humanas continuam existindo, independentemente da recorrência às gramáticas, entretanto a norma escrita (veiculada pelas gramáticas) opera transformações na pronúncia, na morfologia e até no significado. O autor está afirmando que a gramática não age sobre a oralidade diretamente, mas indiretamente, através das regras impostas à escrita.

Agustini (2001) afirma que, no quadro histórico do séc. XIX, "a gramática se configura como um instrumento institucional e científico para que o brasileiro (re)signifique a língua portuguesa como *sua* língua" (p.117). Essa (re)significação efetiva-se no instante em que se institui o Estado brasileiro, que estabelece a instituição da escola brasileira. A gramática resulta de uma imposição oficial do Estado e tem como executor da ordem a Escola; esses dois sujeitos, o Estado e a Escola, dizem a cada um em que língua ele pode se reconhecer como brasileiro e com qual gramática, ou com qual conjunto de regras, ele deve falar/escrever essa língua.

Segundo Eni Orlandi (2002), o interesse pelos instrumentos lingüísticos corresponde à preocupação com a constituição histórica da sociedade e de como esta constrói sua identidade. Nesse sentido, toda política lingüística envolve gramática, assim como "a forma da gramática define o jogo das políticas lingüísticas (administra a relação língua/línguas)" (p.126). A gramática é quem dá o direito à língua de ter uma unidade, imaginária, na medida em que se constrói como um jogo de imagens dos falantes, em relação aos interlocutores e à porção de fala/escrita que usa. Essas imagens (conjunto de conhecimentos sobre a locução) dão ao falante a certeza de que o que ele fala é língua portuguesa e constrói sua identidade como brasileiro que fala uma língua portuguesa, no território denominado Brasil, excluídas as variedades. Segundo Eni Orlandi, a gramatização do português brasileiro evidencia dois processos inseparáveis, que surgem no séc. XIX: "a constituição de um saber sobre a língua, o que processa a historicização da língua no território nacional, brasileiro" e a "constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática" (pp. 158-159).

Como vimos, a AD nos ajuda a compreender em que medida a gramática, enquanto discurso, interfere nas maneiras como nos situamos como falantes. A gramática, portanto, é um instrumento, que pode ser utilizado em diferentes usos: diminui a pressão das variedades lingüísticas, é usada politicamente para a construção de uma unidade lingüística, é um recurso pedagógico para o ensino da língua ou de línguas e, finalmente, reforça, em sua relação direta com o falante, a construção da identidade nacional

deste. Abaixo, analisaremos o trecho de uma gramática, para observar como funcionam esses quatro discursos: a contenção das variedades, a construção política da unidade lingüística, o uso pedagógico da gramática e a construção da identidade dos falantes.

"Má é ***a gramática*** *cujas páginas constituem outras tantas prateleiras de vitrina, que expõem* ***mercadorias de toda a procedência****, dando ao espectador o trabalho de escolha do* ***melhor artigo****. Boa é a gramática que, numa mistura de simplicidade e erudição, expõe com raciocínios simples e termos chãos o que de melhor existe no terreno de* ***nosso idioma****; que o apresenta ao aluno como* ***diamante*** *despojado dos* ***cascalhos e impurezas****, já* ***lapidado****, pronto já para ser usado; que se abstém, quanto possível, de informações históricas, hipóteses e configurações: a tais dados deve recorrer o suficiente para que o aluno perceba a razão de ser do estado atual de nosso idioma.*

O professor deve ser guia seguro, muito senhor da ***língua****; se outra for* ***a orientação de ensino****, vamos cair na* ***'língua brasileira'****, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do* ***idioma pátrio****, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. Conhecer* ***a língua portuguesa*** *não é privilégio de gramáticos, senão dever do* ***brasileiro*** *que preza sua* ***nacionalidade****. É erro de conseqüências imprevisíveis acreditar que só os escritores profissionais têm a obrigação de saber escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos* ***deveres cívicos. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade****. Como havemos de*

querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?"(ALMEIDA: 1988, grifos nossos).

O texto, ora apreciado, define "gramática" como o lugar onde o sujeito (no caso, o professor) deve ter consciência de que a língua se constitui de variedades, mas deve escolher, desta diferença, o melhor produto. Para isso, ele constrói duas metáforas: inicialmente, o espaço lingüístico é um mercado, que oferece "mercadorias de toda a procedência" – as variedades, os dialetos, os falares, em distintos níveis sociais e geográficos –, dentro do qual o autor da gramática deve extrair o "melhor artigo", para oferecer ao "espectador da vitrina" (o professor), e esse melhor artigo é "a mistura de simplicidade e erudição". Com essa estratégia (que também pode ser denominada de preconceito), o gramático consegue esconder a realidade de outras falas e o resquício de multilingüismo que há na maioria dos fenômenos de variedade lingüística e termina por impor uma única forma de expressar a língua, como se isso fosse possível. A outra metáfora obtém esse mesmo efeito e caracteriza-se por impor como língua modelo "o diamante lapidado" e como variedades excluídas da gramática os "cascalhos e impurezas".

A imposição dessa única forma de expressar a língua foi o modo que o gramático encontrou de construir politicamente a unidade língua portuguesa. Sob a ótica política, distingue-se uma "língua brasileira" daquilo que o gramático denomina "idioma pátrio". Caracteristicamente, a língua brasileira é "refúgio de ignorância, cultura falsa e falso patriotismo", enquanto o idioma

pátrio "é a mais viva expressão da nacionalidade". É digno de nota que a criação política dessa unidade lingüística serve de parâmetro para o uso pedagógico da gramática e a construção da identidade dos falantes. A gramática deve ensinar a língua com dois objetivos: evitar a proliferação das variedades e construir, para o sujeito falante/escrevente, a consciência dos "deveres cívicos". Conseqüentemente, o gramático e/ou professor devem ensinar a língua, não apenas para conter as variedades, mas também para ensinar o brasileiro a ser "patriota". Por esse discurso, o usuário da língua portuguesa, em território brasileiro, tem sua identidade claramente definida: é brasileiro e patriota, mas para que seja identificado como brasileiro e patriota é necessário que reconheça a língua portuguesa como a expressão da nacionalidade. Eis um discurso nacionalista formando e deformando as maneiras de se pensar a língua.

Como vimos, a gramática não é apenas uma questão de regras e de como aplicá-las, ela também envolve discursos e é atravessado por eles. Urge, portanto, que comecemos a refletir um pouco mais sobre as tecnologias de natureza ideológica, com formato de instruções, principalmente sobre aquelas que nos dizem que língua falamos e qual devemos ensinar.

1.5 – Análise do discurso e ensino

Vivemos hoje em dia, em termos de didática de língua, a preocupação, às vezes até abusiva, com a distribuição de métodos de ensino ou a reflexão sobre o trabalho do professor. Em Lingüística essa obsessão se transformou num novo ramo de

estudos, que se classificou de Lingüística Aplicada, não excluindo outras pesquisas, que já insere em seu escopo a relação teoria e prática de ensino, tais como a Lingüística Textual, a Sociolingüística, a Psicolingüística, as teorias de gramática e/ou línguas (que envolvem aspectos morfofonológicos, lexicais, sintático-semânticos e pragmáticos) e as mais variadas teorias do discurso ou, como se costuma denominar, a análise do discurso. Não esquecendo as outras contribuições, que são profícuas e já trouxeram resultados inspiradores para outras maneiras de se trabalhar a língua e o texto em sala de aula, nossa preocupação é responder questões que abrangem a última área de estudos: como os discursos podem entrar em sala de aula? Quais as contribuições que a Análise de Discurso traz para transformar o ensino de língua portuguesa?

Inicialmente, o professor deve transformar a sala de aula num espaço institucional onde o discurso dos alunos seja escutado, discutido e interpretado. Em seguida, o professor deve estabelecer três níveis do fazer linguagem: o lingüístico, o enunciativo-textual e o discursivo. Para tanto, devem ser considerados aspectos da materialidade lingüística, das operações semânticas de produção do texto, do sujeito, formação discursiva e sua interdiscursividade. Alguém pode contrapor a essa proposta a pergunta: "mas trabalharemos com conceitos e terminologias complexos como os da análise de discurso?". Não necessariamente, o que interessa ao professor não são os conceitos e terminologias[1], mas as

[1] O professor deve ter o conhecimento teórico, metodológico e terminológico das pesquisas em estudos do discurso, mas não deve necessariamente usá-lo em sala de aula, apenas aplicá-lo com segurança, recorrendo a termos do cotidiano dos alunos.

diferentes instâncias de aplicação: uma variada disponibilidade de textos, uma proficiência no uso do léxico da língua e um conhecimento sócio-histórico dos temas que serão usados em sala de aula. O professor deve abordar discurso em aulas de língua, considerando aula como espaço instituído e discurso como a fala recuperada dos alunos, atividades de escrita e leitura, acompanhadas dos exercícios de avaliação. É necessário ressaltar que em "fala dos alunos", devemos considerar também comentários fora do assunto da aula, anotações no caderno de qualquer natureza, acadêmicas ou pessoais. Esse discurso dos alunos será analisado nos três níveis acima referidos: o trabalho com e sobre a língua, os mecanismos enunciativos do fazer textual e as considerações interdiscursivas do sujeito aluno.

No tocante ao ensino e à aprendizagem, temos a circulação, na sala de aula, de uma heterogeneidade de discursos, referentes ao professor, ao aluno e ao material didático. Precisamos analisar os saberes e a história de experiências e de leituras daqueles dois sujeitos, para que possamos analisar o material gravado da interação oral em sala de aula, de onde podemos caracterizar qual a natureza do professor e do aluno (sua forma-sujeito, acompanhada dos efeitos ideológicos de suas posições), a que formações discursivas eles se filiam e que outros discursos interferem na fala deles. Em seguida, passamos a analisar o material didático, que varia de acordo com o estágio do ensino, mas que sempre dispõe de planos de curso e de aula, de livro didático (ou manuais que se repetem na referência bibliográfica do ensino superior), de conjunto de exercícios escritos, com o questionário e as respostas, pesquisas,

anotações no caderno ou livro dos alunos (mas também nos dos professores), registros de aula em quadro-negro, cartazes, retroprojetores, *data-show* ou vídeo. Dessa última análise, podemos recuperar a memória e a interpretação do discurso.

Uma análise completa desses diferentes acontecimentos discursivos fotografará apenas uma parte do que podemos chamar discurso pedagógico, já que ainda precisaríamos analisar o contexto mais amplo em que se inserem estes diferentes fazeres discursivos: os discursos oficiais do Ministério da Educação, com suas leis, recomendações e propostas de ensino; a relação entre a educação e outros setores da sociedade; os objetivos, as cláusulas regimentais e a direção do estabelecimento educacional em estudo.

Há um trabalho dos discursos sobre os sujeitos e dos sujeitos sobre os discursos, seja no campo da língua, do texto e da interdiscursividade; os professores não devem desconhecer essa atividade, sob pena de falar sem saber o que diz e de insistir com um discurso que o está enredando nas malhas do seu próprio erro. Abaixo, analisaremos um evento discursivo em sala de aula, extraído de um texto de Gumperz.

NUM QUERO LER

"Numa aula filmada numa escola primária, o professor mandou um aluno ler. O aluno respondeu: "Num quero ler". O professor ficou irritado e disse: Está bem, então sente'.

Quando esta interação foi mostrada para outras pessoas, algumas disseram que a criança não estava querendo cooperar. Outras afirmaram que a criança quis dizer: *"Me force um pouco*

que eu leio. Eu sei ler, mas eu preciso ter certeza de que você realmente quer que eu leia". Este último grupo interpretou a afirmação da criança, "num quero ler", como indireta. Enquanto os norte-americanos brancos interpretaram o presente exemplo como uma recusa, os informantes negros geralmente o interpretaram como um pedido de encorajamento" (GUMPERZ: 1998, pp. 114-115).

Ora, se observarmos esse exemplo em seus planos lingüístico, textual e discursivo, encontraremos marcas que revelam, nesta interação professor/aluno, os discursos que representam grupos sociais distintos, confirmando os resultados com pesquisa de informante a que chegou o estudioso americano.

Não dispomos da primeira fala do professor, ela é relatada como um ato de fala de mando, mas esse imperativo de ordem se repete no final, quando ele afirma: "sente". Lingüisticamente o imperativo serve para marcar atos de fala de quem detém o poder e inscrevem no texto sujeitos que podem falar livremente e em qualquer hora, inserindo, discursivamente, nesta mesma fala discursos ou formações discursivas, que se relacionam a interdiscursos de liberdade, justiça social, democracia. A conseqüência é que esse discurso não se mostra na prática da fala cotidiana, por estar distante da mesma realidade que ele quer representar. Como resultado teremos profissionais autoritários (médicos, advogados), repetindo o exemplo desse professor que dá a voz ao aluno, mas impondo a este ações (ler em voz alta) muitas vezes contrárias ao que o professor mesmo pensa (a leitura normalmente requer silêncio). Por esse exemplo, são construídas

duas formações imaginárias do que vem a ser leitura: o professor, em sala de aula, quer que o aluno leia em voz alta, porque ele, o professor, tem a autoridade e precisa confirmar para si mesmo, para satisfazer a sua própria formação discursiva, que aquele seu aluno sabe ler; por sua vez, a aluno representa-se a si mesmo como leitor, mas em silêncio, quando afirma que não quer ler, está dizendo "sei ler, mas esse não é o lugar de leitura, leio em casa, sozinho." Esses comportamentos trazem à tona dois discursos culturalmente marcados, e que não são privativos da realidade americana, mas que podem também ser encontrados na periferia das grandes cidades brasileiras. Não nomearei esses discursos, mas em linhas gerais eles se caracterizam por opor aqueles que tiveram uma vida escolar completa, incluindo o curso superior àqueles que, muitas vezes, não chegam sequer ao ginásio. Os primeiros são chamados de cidadãos, têm emprego formal e contribuem com o imposto de renda; os outros são meninos de rua, camelôs ou marginais.

Acreditamos que essas discussões proporcionam a descoberta da identidade de cada aluno em sala de aula.

Outra maneira de trazer o discurso para a sala de aula é a escolha dos textos para leitura com os alunos e aqui devemos abandonar um pouco a centralização do livro didático (sem abandoná-lo totalmente) e fazer com que o próprio aluno escolha o texto que ele quer ler, indicando suas motivações e como operar a leitura.

Capítulo 2 – Conceitos fundadores

2.1 – Pré-construído

Muitas vezes, ao lermos ou escrevermos, elocução ou audição, sentimos que uma ou outra porção de sentido já nos é familiar, ou que aquilo já foi dito em outro lugar, mas não sabemos em que condições surgiu, de que lugar veio, quem é o responsável, com quais intenções e outros determinantes significativos. Esse é um fenômeno que estudiosos como Michel Pêcheux ("pré-construído corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade, o mundo das coisas", 1988, p.164), e Paul Henry denominaram de *pré-construído*, que é definido no glossário de Brandão (1991) como "elemento produzido em outro(s) discurso(s), anterior ao discurso em estudo, independentemente dele." Temos, nestas situações, uma enunciação anterior que entra na produção textual despida de sua realidade dêitico-pragmática e que passa a operar, em sua enunciação atual, outros efeitos de sentidos, semelhantes ou conflitantes, em relação aos anteriores. Aparece em enunciados do tipo "Abaixo a ditadura, democracia já!" quando, ditos em contextos diferentes de onde eles surgiram, adquirem novas feições ideológicas; numa sala de aula, o enunciado acima referido terá sentidos diferentes se pronunciado pelo professor ou pelo aluno, mas tem o mesmo pré-construído: a enunciação deste já dito em um contexto político de repressão.

Segundo Marandin (1994), o pré-construído depende de um estudo que se situe numa "pragmática do discurso", que compreenda o funcionamento da linguagem em diferentes setores da sociedade. Ainda segundo o autor, "o pré-construído designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação (...) o objeto em questão sendo o suporte dos efeitos de referência extralingüística e da predicação. Pode-se precisar a definição da seguinte maneira: a expressão ou as expressões que introduzem o objeto da referência restringem sua interpretação (...) a restrição depende de um plano de organização da língua, isto é, de uma articulação regrada forma-sentido. Percebe-se bem a noção de pré-construído quando se constrasta com aquela do já-dito (e toda modalidade do dito fora da asserção: pré-assertado ou pressuposto): o pré-construído qualifica a forma da expressão na medida em que ela limita a interpretação, enquanto o já-dito depende do conteúdo (proposicional ou nocional) (...) Tem-se pré-construído quando o diferencial interpretativo recorta uma diferença em uma construção ideológica. A eficácia é então máxima, pois a diferença se apresenta nas formas tais como a língua força a interpretá-las" (op. cit., p.131). Por essa concepção, o pré-construído são aquelas formas reinterpretadas na língua e que significam no discurso, determinando, em relação ao que os sujeitos querem dizer, os efeitos de sentidos realizados no texto; esse fenômeno passa a ser uma espécie de interpretação, o que o diferencia dos pressupostos, estes do plano do conteúdo.

Sériot (apud Indursky (1997)) define pré-construídos como "formas simples, provenientes de discursos anteriores ou apresentados como tal. Esses enunciados são importados como relações predicativas onde cada elemento já está munido de operações de asserção efetuadas ou supostamente efetuadas em um ato de enunciação precedente." Nesse sentido, o sujeito não assume a responsabilidade pelas formas pré-construídas, que são o resultado de interpretações produzidas em outras condições de produção, com outros objetivos e, como afirma Marandin, faz-se um recorte diferencial na construção ideológica, o que é do sujeito e aquela predicação ou porção de significado que não é da responsabilidade do quem enuncia o discurso. O sujeito apaga as condições históricas em que surgiu a enunciação pré-construída e assim pode: não se responsabilizar pelo que está afirmando, porque são outros os enunciadores, e apropriar-se daquela enunciação anterior, incorporando-a ao seu discurso.

Segundo Sériot, há diferentes tipos de pré-construído, entre os quais ele cita: a) aquele que remete formalmente a um discurso anterior (heterogeneidade mostrada); b) um não-dito que é da ordem do jamais-dito, do jamais-assumido, do indizível (esses não-ditos informuláveis encontram-se vestígios em discursos de refutação); e c) não-ditos que não encontram correspondência em ocorrências efetivamente assertadas (op. cit., p. 41).

Procuraremos analisar no texto abaixo (extraído da coluna *Na grande área*, de Armando Nogueira, reproduzida em 18 de setembro de 2002, no Correio da Paraíba) como essas enunciações anteriores, já ditas e aparentemente apagadas, irrompem no discurso.

O teipe condena

Romário raramente perde a linha em campo. Ele não é de esquentar a cabeça. Leva uma cacetada, cai no chão, levanta e não chia. Quando muito, ele escarnece do desafeto com um olhar, mistura de orgulho e desdém. Pois domingo, meus amigos, domingo, em pleno Morumbi, no jogo do Flu com o São Paulo, ***o homem*** *saiu do sério,* ***perdeu*** *completamente* ***a esportiva****. Bateu boca com o colega de time, o zagueiro Andrei, e, de repente, num surto de fúria deu,* ***não foi bem um soco, nem um tapa; deu um safanão, tipo chega-pra-lá****, com as duas mãos, pegando em cheio o rosto do companheiro de equipe. Uma cena de prepotência e intolerância.*

O árbitro Wilson de Souza Mendonça certamente não citou na súmula a triste agressão. Por incrível que pareça, diz ele que não viu nada. Olha, posso até estar cometendo uma leviandade, mas esse árbitro ***tirou o corpo fora****. Não é possível que ele não tenha visto a agressão foi escancarada. A agressão se deu num* ***descampado*** *do gramado.*

Muito bem, para a arbitragem, não aconteceu nada, Os bandeirinhas também não viram coisa nenhuma, No exato momento do cachação, os três deviam estar de cabeça baixa, amarrando as chuteiras. ***Três patetas****.*

Todas as expressões em negrito remetem a enunciações proferidas em outro lugar e que entram no discurso como o que significa para o sujeito sentidos já aceitos e universalmente

assimilados, ou um modo de interpretação inquestionável.

O sujeito refere-se a Romário e descreve suas ações, quando usa o termo *o homem*. Ora, essa expressão não é exatamente da enunciação atual, mas vem de outra formulação: aquela em que se remete ao indivíduo num plano metafísico para discussão de questões filosóficas: o homem, a natureza, Deus etc.

Por sua vez, *perdeu a esportiva* dá ao sujeito um quadro enunciativo de duas regiões que se cruzam: o discurso lúdico e a conversação espontânea. No plano do discurso lúdico, diz-se que alguém perdeu a esportiva quando não aceita a derrota e incomoda-se com os pequenos reveses de uma atividade que implica disputa. No plano da conversação espontânea, diz-se que alguém perdeu a esportiva quando toma como insulto trocadilhos, ironias e jogos de palavras que invertem o sentido do que está sendo dito. No texto em análise, a expressão estudada insere a enunciação do autor não apenas na descrição neutra das ações de Romário, mas, enriquecendo-a aos já-ditos do lúdico e da conversação, coloca-a dentro de um quadro negativo de avaliação, que fornece ao sujeito a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade.

É esse quadro que permite ao sujeito trabalhar os sentidos já atribuídos anteriormente a quatro expressões: *soco, tapa, safanão, chega-pra-lá*. O sujeito nega as duas primeiras e afirma as duas últimas, usando e abusando da sua capacidade de operar com enunciações diferentes. Esse talvez seja o melhor exemplo de como se pode tirar os sentidos de um lugar e colocar noutro.

A expressão *tirou o corpo fora* é uma expressão popular que significa mais ou menos ter astúcia para se livrar de complicações. Também se origina da conversação e fornece ao sujeito o mecanismo interpretativo para avaliar negativamente, nesta situação enunciativa, o árbitro.

As duas últimas expressões *descampado* e *três patetas* vêm de enunciações usadas sobre questões agrícolas ou rurais e em referência a personagens cinematográficos e televisivos de humor. Tanto o sentido de isolamento da primeira expressão quanto o de ridículo da segunda fornecem ao sujeito restrições interpretativas para que possa afirmar ironicamente que a arbitragem não viu nada e por isso não aconteceu nada.

É assim que funciona discursivamente o pré-construído: dá ao sujeito as enunciações ou os outros discursos com os quais ele pode construir sua própria enunciação e seu próprio discurso.

2.2 – Efeitos de sentido

Em diferentes contextos de uso da fala ou da escrita, os usuários da língua se sentem compelidos a dizer: "o que você quis dizer com isso?", "o que isso significa?", dentre outras questões que envolvem a necessidade de entender ou se fazer entendido. Esses questionamentos ao uso da língua por qualquer pessoa confirmam o que todos já sabemos, que a língua não serve apenas para expressar pensamentos ou como instrumento de comunicação. Ela funciona necessariamente no entremeio de discursos, que a tornam um discurso de prática social.

No entanto, essa necessidade de compreender o que o outro diz também resulta do fato de que, segundo Pêcheux (1990), o discurso é um efeito de sentidos entre os locutores, que se manifestam por dois efeitos, o efeito metafórico: "fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do sentido de x e y" e o efeito parafrástico: "o mesmo sistema de representações se reinscreve através das variantes que o repetem progressivamente, é esta repetição do idêntico através das formas diversas" (op. cit., p.82, 96-97) que caracteriza a produção do sentido.

Segundo a ótica de Pêcheux, os textos se convertem em discursos através de dois efeitos de sentido, o metafórico e o parafrástico, este último inclusive caracterizando-se como o responsável pela produção do sentido como um todo, conforme afirmam Pêcheux et Fuchs (1990), para quem

> "a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica dessas seqüências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito. Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambigüidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação

à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento: na realidade, afirmamos que o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)" (p.169).

Nesse sentido, para termos efeitos de sentido, é necessário que tenhamos toda uma interdiscursividade, que atravesse as palavras, os enunciados e os textos enquanto memória, para os sujeitos, de sua formação discursiva, do lugar de onde ele diz o discurso.

Segundo Possenti (2001), numa revisão deste conceito, o sentido se inscreve num discurso que lhe é anterior: "qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações" (p.51). Por esse autor, os efeitos de sentido se constituem numa cadeia de discursos, que dialogam entre si e constroem uma ampla rede de determinações, de sobredeterminações e de indeterminações.

De tudo quanto foi exposto, podemos concluir que os sentidos e seus efeitos não estão nas palavras, nos enunciados ou

nos textos, mas na relação de todas essas formas lingüísticas com:

a) as outras formas (outras palavras, enunciados e textos) que as repetem, numa relação parafrática;
b) as outras formas que as modificam, numa relação metafórica, ou de transferência de sentidos;
c) a memória discursiva destes mesmos sentidos, repetidos ou modificados, os mesmos ou diferentes.

É essa relação discursiva de permanência ou transformação de sentidos na memória discursiva dos sujeitos, em seu trabalho com a língua, que analisaremos no texto transcrito abaixo.

À Cavalga

Eis senão vamos. Por lá e lá e lá, passantes de uns seis centos. Corre, de ponta a ponta, um silenciado, fio dentro do rumor em que as bulhas se dobraram. Apaga-se o apinho do povo, as zabumbas dos zabumbeiros. Sinuosa, funda, recua alalém, por rua e praça, a perspectiva povoada de um estradão campeiro, cheio de manhã, caminho do vaquejo. Somam-se, simultâneos, os perfis de homem, homem e homem, inscritos em esquema, pululantes na linha repetida dos chapéus de couro, sobrelevando o cabecear dos cavalos, o travado raplaplo, cruzo último de ritmos, série de desmoverem-se, sus e jus, compasso de não bulir, e o esbregue rijo de arreatas, brida a briada, arção a arção, espenda a espenda. O chão se dá. Os cavalos contritos. Filas e fileiras se armaram: sem ababelo, sem emboléus, tal, e al, contêm-se os vaqueiros, de aguarda. O formo deles se preencheu, térreo, barroso, lei

dum rio de dezembro. Esses contingentes, hoje e ontem de pequeno chegados – remessas do escol da vaqueirama geral, da grei comarcã dos tabuleiros escabrosos – agora coeridos, concorpados num regimento. E eis, no homogêneo, os boágides. A em passo pronta cavalaria. Prorrompem.
(Trecho de um texto de Guimarães Rosa, intitulado *Pé-duro, chapéu-de-couro*, inserido no livro **Ave, palavra**, da edição das obras completas do autor, publicadas pela Editora Nova Aguilar, no Rio de Janeiro em 1994, volume II).

No texto em análise, como em qualquer outro, de natureza literária, temos uma forte presença de efeitos de sentido, causadores de interpretações múltiplas, sustentadas por discursos oriundos dos mais diversos lugares. Aqui, temos a descrição do ajuntamento de vaqueiros. Os efeitos de sentido são constituídos pelos seguintes recursos parafrásticos e de transferência de sentidos: a marcação das margens, a pontuação, a repetição de palavras, o uso da conjunção aditiva; quebra morfológica de algumas palavras, a metáfora, uso de prefixos e sufixos com significado de reforço, onomatopéia.

A) Recursos parafrásticos. O texto é todo construído entre dois enunciados (*eis senão vamos* e *prorromperam*), que servem de moldura para o desenho que o autor pretende mostrar. Nesse sentido, esses dois enunciados-margens criam dois efeitos de sentido: a noção de que antes e depois os vaqueiros estão em movimento e a idéia da suspensão de todo ato, para que o sujeito possa fazer o seu quadro. Constitui-se uma tensão entre o dinâmico e o estático, que não deixa de ser também a relação entre dois

processos de produção de sentido: o mesmo e o diferente. Esse mesmo efeito se constitui na relação entre as vírgulas e os pontos, aquelas dão uma certa dinâmica ao retrato e estes fixam num estado algum traço dos vaqueiros. Esse jogo entre o sentido único e os sentidos múltiplos recorre em todo o texto, como se pode observar na repetição de algumas palavras e no uso da conjunção aditiva.

B) Transferência de sentidos. A desconstrução e reconstrução das formas (o que acima denominei quebra morfológica) das palavras *alalém, briada, formo, concorpados* trazem outros sentidos e, com estes, os discursos e a memória de seu dizer. Por exemplo, a forma "alalém" é o resultado da inserção na palavra "além" da forma "la"(que não se constitui como morfema em português). Nesse caso, não podemos analisar o produto simplesmente como criação lexical, porque a forma "alalém" traz como efeito de sentido a memória de enunciados em que dizemos "ala" (o que no texto significa mais ou menos algo como: "na distância, até onde o olho não alcança, os cavaleiros se organizavam em alas"). Além dessa transferência de sentidos produzida pela mudança na forma da palavra, encontramos também o mesmo efeito, incluindo a memória de outros enunciados, na onomatopéia *raplaplo*, em metáforas como *as bulhas se dobraram* e no uso dos seguintes prefixos e sufixos com significado de reforço: *puluantes, desmoverem-se, concorpados*. Em todos esses casos, estamos diante de enunciados que significam na atualidade do discurso, mas com "restos" de sentidos de sua memória discursiva, ou seja, significam a partir de formulações

anteriores, cujos sentidos "deslizaram", a partir de uma substituição de contextos, desses enunciados para a atualização do discurso, o que pode ser caracterizado como efeito de sentido.

2.3 – Formação discursiva

Todo e qualquer indivíduo, falante de uma língua natural, desenvolve-se, intelectualmente, num ambiente cultural e recebe destes, em seus aspectos sociais, históricos, políticos, religiosos, jurídicos, sua maneira de pensar, agir e atuar sobre o mundo. O problema é que esses universos culturais não são únicos e se desenvolvem heterogeneamente em sociedades e regiões. São destes diferentes lugares culturais que cada falante diz seu discurso. Há mais dois fatores que complicam essa idéia de "falar" a língua: uma única pessoa pode dizer o discurso de vários lugares ou pode assumir discursos de lugares em conflito. Um professor nordestino de literatura fala com os valores de sua região geográfica, mas também com os seus conhecimentos de erudição, o que se pode constituir num discurso de assimilação que atribui valores iguais à literatura de cordel e àquela, denominada "erudita, canônica", mas também pode se constituir num discurso de conflito em que o sujeito se apresenta contraditoriamente, num determinado espaço defende a literatura de cordel e noutro, defende a literatura canônica.

Ora, para tentar resolver o problema da relação entre os enunciados num discurso, Michel (1995) elaborou o conceito de *formação discursiva*. Para esse autor, "no caso em que se puder, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação,

os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*" (p. 43).

Nesse sentido, os sistemas culturais de cada falante caracterizam-se discursivamente como formações discursivas, que não se caracterizam como um bloco homogêneo, mas como uma região suscetível de conflitos, indefinições, transformações.

Pêcheux (1988), quando estuda a relação entre ideologia e discurso, constata que este é a materialidade daquela e utiliza a terminologia de Michel, para afirmar que as formações ideológicas "comportam uma ou mais *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas" (op. cit., pp. 166-167). Por esse autor, formação discursiva se refere a um dizer anterior e sofre determinações de sua exterioridade, que o constrange a dizer certas coisas, em determinados lugares. A exterioridade de uma formação discursiva é o efeito não-discursivo (representações, imagens, práticas) que se insere na formação discursiva e distingue esta, como se fosse uma defasagem, em relação a qualquer outra. Por exemplo, alguém só pode afirmar que tem uma formação discursiva religiosa se aceita em seu discurso os rituais, imagens e dogmas daquela religião que adotou,

esses rituais, imagens e dogmas são o exterior da formação discursiva, que determina o que se pode e o que se deve dizer, em determinadas circunstâncias.

Em razão do exposto, e ainda seguindo de perto Pêcheux, podemos afirmar que os enunciados lingüísticos adquirem sentido em suas formações discursivas: "o 'sentido' de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)"(1988, p.169). Portanto, teremos enunciados como "a liberdade é de todos" que vai significar diferentemente, conforme seja dito por um político de direita ou de esquerda, que esteja em campanha eleitoral ou num contexto de elaboração de planos de governo, se está sendo dito em uma situação de paz ou de guerra. São esses sentidos diferentes que caracterizam a exterioridade de toda formação discursiva.

Para analisar as formações discursivas do texto, transcrito abaixo, devemos verificar:

a) quem é o sujeito responsável e em que condições ele diz o discurso;
b) quantas formações discursivas encontramos no texto.

Divergências sobre o balanço

Governistas e oposicionistas divergem quanto ao balanço do Congresso Nacional na atual legislatura (fevereiro de 1999 a janeiro de 2003). Para congressistas do PFL, do PMDB e do PSDB, um dos maiores feitos foi a aprovação da

Lei de Responsabilidade Fiscal, que regula gastos das três esferas da administração (União, Estados e Distrito Federal e Municípios) e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. "Essa foi a lei mais importante para o país votada nos últimos anos. Acabou com a farra do dinheiro público", afirmou o presidente do Senado – que também preside o Congresso – senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "Para um Congresso que aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, só posso dar nota dez", disse o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). "Essa lei foi uma revolução em finanças públicas para o país", definiu o líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Júnior (BA).

Na opinião do líder do PT na Câmara, deputado João Paulo Cunha (SP), a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser "relativizada". O PT foi contra a proposta. "É uma lei importante, mas não mudou a vida das pessoas. O papel do Congresso seria dar o suporte da responsabilidade fiscal, que é a responsabilidade social". Para o petista, o Congresso ficou marcado "mais por questões de negação do que de afirmação", como a comprovação da violação do painel eletrônico do Senado, que quebrou o sigilo da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão, em 2000. O episódio provocou a renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF), então no PSDB. Outros episódios destacados pelo líder do PT foram o confronto entre ACM e o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA) – que, por motivos diferentes, também renunciou para escapar de

processo de cassação – e o processo que culminou na inédita cassação de um senador – Luiz Estevão – à época integrante do PMDB do Distrito Federal. "Tudo isso foi um triste espetáculo para a vida do Parlamento brasileiro. Acho que esses episódios acabam sobressaindo no balanço dos quatro anos", disse. (Texto inserido no caderno Política, do Correio da Paraíba, em 28 de Stembro de 2002)

Inicialmente, gostaríamos de ressaltar que não analisaremos a formação discursiva (FD) do texto como um todo, que pertence ao universo discursivo da mídia; nossa atenção estará voltada paras as FDs discursivamente constituídas no texto.

Os sujeitos responsáveis pelos discursos relatados são os políticos, referidos a seus partidos políticos, o que, como fenômeno isolado, provoca uma cisão na noção que temos do que seja sujeito. Observemos dois exemplos *senador Ramez Tebet, presidente do Senado; deputado João Paulo Cunha, líder do PT na Câmara*; nesses casos, quem está dizendo o discurso: o senador, a pessoa ou o presidente do Senado? O deputado, a pessoa ou o líder do PT na Câmara? Em razão desse fracionamento do sujeito, defendemos que o sujeito responsável pelo discurso formulado é o partido político, até porque este sujeito enuncia em condições de campanha política, que se constitui como o evento enunciativo decisivo e determinante na fala dos sujeitos, em termos de exterioridade constitutiva.

Por se caracterizar como um evento enunciativo de campanha eleitoral, o texto representa esta como um quadro bipolar: governistas x oposicionistas. Essa bipolaridade se transfere para a construção imagética que se faz do que seja a Lei de Responsabilidade Fiscal (simbolizando o trabalho do Congresso) e, conseqüentemente, para o jogo das formações discursivas. De um lado, ficam os governistas, para quem a lei é construída com os seguintes traços positivos: *a mais importante já votada no país no últimos anos, para um Congresso que aprovou a Lei (...)só posso dar nota dez, essa lei foi uma revolução em finanças públicas para o país*. Observemos que o termo "revolução" ganha o sentido de "moralização" na FD governista. Do outro lado, ficam os oposicionistas, para quem a lei deve ser *relativizada*; por essa FD, o Congresso não foi palco apenas da votação da lei, mas proporcionou ao público episódios que envergonharam a política e os políticos. Essa FD aproveita o nome da lei e procura definir qual seria o papel do Congresso: *o papel do Congresso seria dar o suporte da responsabilidade fiscal, que é a responsabilidade social*. Essa definição é feita para afirmar o que não é o Congresso, um lugar ético e de pessoas com responsabilidade moral, ao contrário do que diz a FD governista.

Temos o seguinte quadro de FDs: a FD governista que defende ser o Congresso um espaço onde se encontram políticos éticos, que pretendem modificar os costumes de administração do país e a FD oposicionista que nega as qualidades morais do Congresso por ser este o espaço onde ocorreram episódios que envergonham *"a vida do Parlamento brasileiro"*.

2.4 – Paráfrase e polissemia

O texto, para ser realizado, não depende apenas do cotexto e do contexto, simples fatores formais para seu acabamento final. O texto é produzido pela tensão de dois processos semântico-discursivos que o constituem: o parafrástico e o polissêmico. É preciso manter bem clara a distinção: o cotexto e o contexto são fatores formais que dizem respeito apenas ao texto, enquanto a paráfrase e a polissemia são "processos constitutivos da tensão que produz o texto", segundo Eni Orlandi.

Estabelecida essa diferença, evita-se a referência a fenômenos que afetam tão somente a frase ou o signo e recortes celulares de textos, independentes de como eles funcionam. A Análise de Discurso preocupar-se-á menos com a preocupação sintático-textual aparente do que com os processos discursivos que forjaram essa organização. Com a afirmação de que a paráfrase e a polissemia são uma tensão discursiva, não se considerarão as duas ou três construções de uma mesma frase, nem se considerará o resumo, apelando para o conceito de paráfrase da gramática tradicional ou da lingüística. As diferentes formas da mesma frase ou o resumo só serão considerados em suas condições de produção como estratégias de constituição do texto em discurso, resultado da tensão entre o mesmo e o diferente. Assim também, os diferentes significados de um signo só serão considerados se estabelecerem, discursivamente, diferentes sentidos ao texto.

Feitas estas observações, serão apresentadas as principais características de tais processos, conforme Orlandi (1987 e 1988).

A paráfrase se caracteriza por retornar constantemente a um mesmo dizer sedimentado, através de formulações diferentes para o mesmo sentido. O sujeito adota uma matriz para o sentido e através dela coloca a sua realidade no texto e não permite que outra realidade se faça presente. Estabelece, assim, a produtividade, reiterando processos já cristalizados pelas instituições, o que mantém o homem preso num mesmo espaço dizível. Dizendo de outro modo, a produtividade se dá pela obtenção de elementos variados através de operações que são sempre as mesmas, que incidem recorrentemente e que, dessa forma, procuram manter o dizível no mesmo espaço do que já foi instituído. O discurso aparece como sendo legítimo, infalível e do qual não se pode discordar, porque a linguagem é vista como produto que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas. Tomando a paráfrase como dominante na produção de seu discurso, o sujeito produz e nele se reproduz enquanto universo estável, lógico, unitário e sem conflitos.

A polissemia tem como principal característica a ruptura com esse mundo lógico e unitário, constituindo-se num processo que representa a tensão constante estabelecida pela relação homem/mundo, pela introdução da prática e do referente, enquanto tal, na linguagem. Essa tensão existente no texto aponta para o rompimento, que se manifesta na relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro). No processo polissêmico, há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir, entre a instituição e os sujeitos que a povoam. A polissemia é um processo que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado, a fonte que multiplica sentidos, fazendo da linguagem um processo concreto

e estabelecendo a criatividade. A multiplicidade, sem a qual não haveria dizer, é a condição de existência da linguagem. Estabelecendo a criatividade, a polissemia instaura o diferente lingüístico, permitindo que o uso possa romper com a dominação de um único sentido e possa criar novas formas e outros sentidos, constituindo-se numa ruptura e num deslocamento em relação ao dizível.

A tensão entre o mesmo e o diferente manifesta-se no modo como o sujeito pretende esconder os conflitos daquele a quem dirige o discurso, fenômeno possível pela característica intangível deste, ao contrário do texto, que é tangível em muitos aspectos: sonoridade, configuração, número de frases, assinatura do autor, etc.

Devemos esclarecer que o texto não é produzido por um discurso predominantemente parafrástico ou polissêmico, mas pela tensão entre estes dois processos. Não há como separar em regiões incomunicáveis o produto e o processo, o que agora é processo abrirá uma rachadura no produto e se sedimentará, legitimar-se-á, como produto. Em outros termos, um discurso, hegemônico numa determinada situação histórica, perderá, noutro contexto, essa hegemonia em função de outros discursos que o pressionaram, e, destes discursos, apenas um se legitimará como hegemônico. Abaixo, veremos como isso se dá num texto concreto.

O apagão e a copa de 70

"Recebo e-mails indignados, gente que decidiu não colaborar com o racionamento compulsório que o desastrado governo de FHC nos imporá. Vou lembrar um episódio do passado.

Em 1970, o Brasil vivia sob o regime militar, justamente em sua fase mais truculenta, a do governo Médici. E havia uma Copa do Mundo marcada para aquele ano, no México. Houve uma campanha, entre os que lutavam contra o regime totalitário, para que se torcesse contra o Brasil naquela Copa. O argumento era parecido com o atual: não deveríamos dar colher de chá ao governo que certamente iria faturar a vitória como resultado daquela mentalidade do milagre brasileiro.

O sucesso do Brasil no México, que representaria o nosso tricampeonato, iria colocar uma imensa azeitona na empada do regime militar. Daí que a obrigação de todos os que lutavam contra a ditadura fosse torcer contra o Brasil.

Uma ova! Embora no mesmo ano tivesse amargado duas das minhas seis prisões, torci desvairadamente pelo Brasil, torci até pelo goleiro Félix, que muita gente dizia ser o patinho feio do time.

A situação não é a mesma. Não vivemos uma ditadura, mas ficaremos sem luz. O regime militar foi o resultado de várias coordenadas, e não obra ou omissão de um só homem.

Agora, com a crise da energia, é evidente que estamos pagando pela omissão de um único homem, que, por diversas vezes, prometera sanar o déficit de energia que ele mesmo anunciava.

Nada fez. O resultado será o racionamento, o apagão, o desemprego, o retrocesso. Mesmo assim, será rematada besteira convocar a população a gastar mais luz. A cada lâmpada que apagarmos, devemos amaldiçoar o governo com

o rico vocabulário que está à disposição de nossa cólera. Mas devemos colaborar para que a crise de energia seja logo superada."

(Carlos Heitor Cony: FSP, 03 de Junho de 2001)

Nesse texto, o sujeito discursivo constrói parafrasticamente o discurso através de três estratégias: repetição de expressões e palavras para um mesmo sentido; retenção do mesmo sentido para expressões e palavras diferentes; manutenção de um único sentido que orienta o discurso hegemônico. Por sua vez, a polissemia constitui-se pelo retorno de um sentido, que parecia esquecido na história.

No tocante à repetição de expressões com o mesmo sentido, temos as seguintes, que são repetidas duas vezes: *apagão, racionamento, crise de energia* e *governo*. Já em relação à retenção do mesmo sentido em palavras diferentes, temos *sem luz, déficit de energia, desemprego, retrocesso*, que significam a crise energética, e *um só homem, um único homem*, que se referem ao descuido do governo. Por esse processo de construção do discurso, temos um sentido único para o discurso hegemônico, que poderia ser expresso como *colaboração para superação*, superação do que o sujeito denomina de *desastrado governo*, mas também da crise de energia. O sentido político é mais forte, na medida em que se constrói polissemicamente com o retorno de um sentido, que parecia esquecido na história, que podem ser traduzidos pelos seguintes enunciados: *o povo não deve ajudar o governo, o governo é inimigo do povo, o governo usa o*

povo para lhe causar prejuízos. Esses enunciados militantes de esquerda vêm romper com o sentido majoritário da propaganda política do governo e reforçar o desastre que este causa à população. Entretanto, o próprio autor do texto segura as rédeas desse sentido inflamado: *a situação não é a mesma.* Com este enunciado, estabelece-se a hegemonia do discurso colaboracionista e de superação, que exclui de seu interdiscurso aqueles sentidos de confronto.

Como pudemos perceber, o discurso desse texto resultou da tensão entre o processo parafrástico de afirmar um discurso de colaboração, apesar do governo e o processo polissêmico de resgate de um discurso de confronto contra o governo. Geralmente, o leitor percebe apenas o processo parafrástico e repete-o como sendo o discurso, às vezes seu, às vezes do autor.

Capítulo 3 – Os indivíduos interpelados em sujeitos.

3.1 – Sujeito e ideologia

A leitura de textos diferenciados muitas vezes nos coloca em xeque diante do que recebemos, sob três maneiras de atribuir sentido: concordamos com o que estamos lendo e afirmamos "isso é bom, atende aos nossos objetivos"; discordamos e dizemos "isso não faz parte daquilo que pensamos como utilidade"; e, finalmente, transformamos a porção de significado que recebemos e substituímos aquela leitura de mundo por outra. Essas três maneiras de ler (outras poderiam ser a indiferença, o silêncio, a inferência etc., mas acreditamos que essas três abrangem a maioria das leituras feitas) tornam a pessoa empírica, que manuseia o texto, em sujeito inscrito em alguma ideologia (que também podemos denominar de conjunto de valores ou contexto cultural)

Em razão dos objetivos desse trabalho, não debateremos, não discutiremos, de modo aprofundado, o que vem a ser ideologia, defendemos a hipótese de que, no nível discursivo da língua, ideologia e sujeito são uma e a mesma realidade. Não percebemos primeiro a ideologia e depois o sujeito, ou vice-versa, mas os dois simultaneamente.

Nesse sentido, segundo Pêcheux (1988), o sujeito se constitui de três modos:

a) pela evidência do sujeito: o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio pelo indivíduo;

b) pela constitutividade do sujeito como sujeito de direito, que se dá por uma reduplicação entre o sujeito ideológico e as normas sociais que identificam e constatam o sujeito numa posição social;

c) e pelos desvios lingüísticos (caráter material das palavras e dos enunciados), que dizem o que todos querem dizer (universalismo lingüístico) e mascaram a evidência sob a máscara de "transparência da linguagem".

O sujeito ideológico é o resultado de duas evidências: o efeito de que o que eu digo é meu mesmo, ou seja, de que sou a fonte do que eu digo e o efeito de que o que eu digo tem um sentido, ou significa o que eu quero dizer, ilusão de que a linguagem é transparente.

Segundo Eni Orlandi (1999), a prática da interpretação faz intervir nos discursos e para o sujeito a ideologia. O sujeito ideologicamente constituído, ao interpretar, nega os significados históricos e naturaliza os fatos do discurso num unidade de sentido. Dessa operação, resulta o apagamento da interpretação, no espaço onde ela se realiza.

Voltando ao que dissemos no início, aquelas três maneiras de ler identificam os leitores em sujeitos, presos a certos quadros interpretativos, e coloca-os em certas posições sociais (governista, oposicionista, revolucionário, no quadro interpretativo do discurso político; crítico, comentarista, discípulo, no quadro interpretativo do discurso científico e assim por diante) e lhes dá uma "língua" própria para compreender e divulgar o seu sentido (razão porque as palavras significam de modo tão diferenciado, conforme o

universo discursivo a que ela pertença). Ora, no instante em que aquela leitura tem um sujeito, um discurso e uma organização simbólica (língua) para expressá-la, os outros sentidos, as outras interpretações são apagadas e subsiste apenas uma única interpretação, aquela que o sujeito diz, que passa a ser a única verdade e que nenhum outro sujeito pode contestar, sob a ótica do sujeito ideológico.

Abaixo, transcrevemos um texto, que será analisado:

a) para verificar como o indivíduo se constituiu em sujeito e em que posição social ele foi colocado;

b) a que discurso ele pertence e em que "língua" ou com que palavras ele interpreta o mundo;

c) qual a verdade única literalizada em seu discurso e quais outras leituras ele apaga.

Desejo

"Gostaria que o nosso presidente não entendesse nada de sociologia, mas se preocupasse de verdade com a injustiça social. Que não entendesse nada de medicina, mas que cuidasse da saúde física, mental e espiritual do ***povo brasileiro****. Que não entendesse nada de guerra, mas que procurasse armar estratégias para que não faltasse o pão em nenhuma mesa e para que seus* ***moradores*** *não precisassem ser* ***ladrões****. Gostaria que não tivesse nenhuma formação acadêmica, mas procurasse ser reitor da escola da vida para tantos* ***marginalizados****. Que não entendesse nada de economia, mas procurasse ser o salário mínimo de tantos* ***famintos****. Gostaria que não entendesse nada de religião, mas que procurasse,*

junto com todos nós, ter fé para que o Brasil fosse dos ***brasileiros*** *e um exemplo para as outras nações."* **Nilda Ladeia** (São José do Rio Preto, SP), (Painel do leitor: FSP, 14 de julho de 2002).

Como se percebe nas referências de fim de texto, este é uma carta de leitor de um jornal de circulação nacional. Esse leitor tem um lugar físico de onde escreve, uma cidade de um dos estados brasileiros, e um nome, com o qual assina o texto, identifica-se aos outros e que aparece em seu RG. Esses são os traços que nós dispomos do indivíduo, o que faz deste um sujeito e o constitui ideologicamente, como efeito de sentido? Esse processo discursivo se manifesta quando o sujeito situa entre os termos *povo brasileiro* e *brasileiros* o conjunto de *moradores, ladrões, marginalizados, famintos*, constituindo-se ele mesmo como uma parte desse povo brasileiro. O importante ressaltar é que o sujeito caracteriza-se como brasileiro, mas enquanto posição social este brasileiro sofre uma gradação de aprofundamento da miséria: há os moradores, os ladrões, os marginalizados e, ápice da miséria, os famintos. É sob esse prisma de identificação e diferenciação que o indivíduo, nesta carta específica, torna-se sujeito e assume uma posição social no Brasil.

Para analisar os discursos presentes nesta carta, é necessário ressaltar que eles têm duas características: os referidos e o constitutivo do sujeito. Os discursos referidos e que dão ao sujeito o seu quadro interpretativo são os da *sociologia, medicina, guerra, formação acadêmica, economia* e *religião*. Esses discursos aparecem no texto com a propriedade de distanciamento

e objetividade e diz ao sujeito que há saberes que podem resolver os problemas do Brasil, mas estes têm de ser enfrentados; apenas quando forem solucionadas as questões da fome, do desemprego, da saúde, da ignorância e do desânimo do brasileiro, podem os sujeitos construírem para si e constituírem-se com altos saberes. O discurso constitutivo do sujeito é o do desejo, que se pode denominar também de esperança ou otimismo, que está expresso no título e no modo subjuntivo do verbo, que organiza toda a textualidade. Essa maneira de impregnar com discursos o texto e de modalizá-lo dá ao sujeito a "língua" com que ele interpreta os fatos: língua contraditória porque, ao mesmo tempo em que veicula esperança e otimismo, não deixa de trazer também a dúvida (marca própria do subjuntivo), constrói-se um mundo hipotético em que tanto podemos ter as soluções, como podemos nos aprofundar ainda mais no sombrio abismo da depressão (entendendo-se este termo em seu valor para o indivíduo e para a economia).

Há duas verdades que perseguem o sujeito e que ele procura naturalizar e que seriam os já-ditos por qualquer um: a) a afirmação de que o saber do presidente distancia-se das necessidades do povo brasileiro; b) o sonho de que o Brasil sirva de exemplo para as outras nações e isso só acontecerá se as teorias abstratas se transformarem em conhecimento do cotidiano de cada um. Essas são justificativas ideológicas que adquirem, no texto, realidade de discurso único e verdade absoluta, que deixa de ser a fala de um indivíduo isolado, tornando-se o dizer de um conjunto de sujeitos, inseridos no contexto de exclusão.

3.2 – Sujeito e atividade lingüística

Ao se constituir como sujeito de um discurso, as pessoas, além de construir o sentido como uma verdade única e absoluta, também se caracterizam como fonte de seu dizer, responsável por tudo quanto afirma e dá o direito a si, como dono de seu próprio discurso, de poder modificar a língua como quiser, seja em seu nível gramatical (unidades fono-morfológicas, lexicais e sintático-semânticas), seja em seu nível pragmático (intenções, pressupostos, inferências, atos de fala etc.). Esse efeito ideológico de origem do dizer é o que permite ao sujeito referir-se a si mesmo como EU.

Essa atividade lingüística do sujeito se realiza como se parecesse um fato natural, porque fica difícil, para o usuário comum, distinguir o que é da ordem da língua e o que é da ordem do discurso, já que, segundo Sírio Possenti (1988), a língua e o discurso são realidades constitutivas, na medida em que o locutor realiza uma atividade com a língua e sobre a língua, o que caracteriza o locutor como sujeito no discurso. Nesse sentido, ainda conforme o autor referido, qualquer análise de discurso precisa da forma lingüística (morfofonológica, sintático-lexical e textual) para a interpretação das condições em que aparece o discurso.

Ao estudar as relações entre a língua e o discurso, Authier-Revuz (1998) assume que a passagem do sistema para a fala é o abandono de "um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do **repetível**, do UM, para um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela **heterogeneidade teórica** que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e "ao mundo", e pelo caráter **não-repetível** da compreensão que dele se pode ter,

inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude" (op. cit., p. 166, grifos do autor).

Nesse sentido, o discurso é afetado por três esferas: a sistematicidade lingüística, com a sua ordem própria e sua, por assim dizer, "estabilidade"; a compreensão, do nível enunciativo-textual, que o sujeito-falante tem do que seja sua língua e de como usá-la adequadamente; e as interpretações, do nível discursivo, em suas diferentes instâncias (cultural, política, econômica etc.), que transforma a ordem da língua em espaço de ambigüidades, deslizamentos, sentidos outros, equívocos. Nesse percurso, o sentido passa do espaço central para as margens do texto.

O sujeito trabalha com e sobre a língua nos três níveis acima referidos:

a) o da sistematicidade lingüística;

b) o enunciativo-textual;

c) o discursivo.

Ele opera sobre o sistema na medida em que estrutura e re-estrutura as sonoridades, palavras e estruturas sintáticas, selecionando formas de como dizer, caracterizando os atos de fala, culminando com a "criação" de um jargão próprio, seja no plano de uma profissão, seja na criação de gírias de exclusão. Esse trabalho também pode ser denominado de metalinguagem, que se constitui na própria língua (formas autonímicas, que se referem a si mesmas) ou é o resultado da atividade do próprio sujeito.

O trabalho no plano enunciativo-textual consiste numa espécie de "teste" para a língua, situando-a em diferentes contextos para servir a variados gêneros textuais. Nessas circunstâncias, o

sujeito pergunta a si mesmo se aquela língua que utiliza se presta aos seus objetivos, se pode explorar todos os sentidos que ele quer dizer. Conseqüentemente, estabelece-se uma relação entre o dito e os não-ditos, entre os dizeres permitidos e as falas interditadas.

Já no plano discursivo, o trabalho do sujeito é estabelecer as relações entre as interpretações ou evidências do mundo extra-lingüístico e os sentidos que atravessam a língua, o que precisa ser feito devido à impossibilidade de se dizer tudo e todos os sentidos a todos os sujeitos usuários de uma determinada língua.

"O indivíduo frente as conseqüências apresentadas para o ensino de Língua Portuguesa como 'As concepções positivistas e...a cultura e a cognição', deve ser capaz de conceber o ensino da mesma como uma forma de torná-lo mais crítico diante uma sociedade que valoriza o conhecimento e o nível de estudos das pessoas. 'Precisamos entender as escolas...do ensino de língua'. A escola precisa ser uma grande intermeadora do conhecimento, proporcionando a criticidade nos alunos através da linguagem em todas as áreas principalmente na Língua Portuguesa por ser uma língua complexa que causa dificuldade no ensino da mesma, devido os alunos não dominarem os conteúdos que deveriam conhecer." (Estudante de Letras do quarto período)

Deparamo-nos, no texto acima, com um sujeito que realiza uma atividade lingüística em suas três dimensões. Do ponto de vista da sistematicidade, temos um trabalho com a regência que

foge ao padrão idealizado pela gramática, já que o usuário da língua, nessa produção textual, reestruturou a regência: *o indivíduo frente as conseqüências* em vez de frente às conseqüências, *proporcionando a criticidade nos alunos* em vez de a criticidade dos alunos, *devido os alunos* em vez de devido aos alunos. Do ponto de vista do plano enunciativo-textual, percebemos a dificuldade do aluno-autor em trabalhar com a seqüência textual explicativo-argumentativa, através de dois problemas, o uso de modalizadores do discurso injuntivo (*deve ser, precisa ser, precisamos*), e a ausência de uma idéia central que coordene as secundárias (o foco principal é a escola ou o ensino de língua portuguesa?). Do ponto de vista do plano discursivo, não conseguimos distinguir quais os sentidos oriundos de sua própria reflexão, por leitura de outros textos, dos sentidos que resultam da polifonia autoral, com referência clara a um universo discursivo-científico. Em razão desses problemas, o trabalho de tal sujeito com a língua não se realiza intregralmente, ou se realiza sob parâmetros que se distanciam do padrão idealizado da gramática.

3.3 – O interdiscurso

A fala de todo e qualquer sujeito é perpassada por dizeres de outro lugar e outros sujeitos. Este conjunto de outros discursos, que determinam o dizer do sujeito, é conhecido como interdiscurso e não deve ser confundido com intertextualidade. Este último conceito se relaciona com as referências aos outros textos, citados ou implicitados, parcial ou totalmente. Segundo Pêcheux (1988), interdiscurso caracteriza-se como a determinação que as formações

discursivas exercem sobre a produção textual de cada um, na forma de um conjunto de discursos (ditos em outro lugar e sob outras circunstâncias), que são *desiguais*, porque sempre dizem algo diferente, *contraditórios*, porque surgem de lugares diferentes, e *subordinados*, porque são determinados por heterogêneos sistemas culturais. Nesse sentido, toda FD dissimula, em seu interior, como se o sentido já estivesse lá, a objetividade material e contraditória do interdiscurso. A FD produz a ilusão, para o sujeito, de que tudo o que está dito origina-se de si mesmo e significa o que ele quis dizer. Essa ilusão esconde o fato de que "algo fala" sempre "antes, em outro lugar e independentemente" (op. cit., p. 162). Essa ilusão é constituída de dois esquecimentos: o esquecimento No. 2, que envolve a seleção enunciativa do sujeito e se caracteriza como a ilusão do sentido, quando o sujeito imagina que a linguagem é transparente; o esquecimento No. 1, que envolve o não-reconhecimento do sujeito no exterior (os outros discursos) de seu discurso, quando o sujeito imagina que é a fonte do dizer. Segundo Pêcheux, o interdiscurso fornece a cada sujeito o que ele pode e deve dizer, um conjunto de evidências e de significações percebidas, aceitas, experimentadas (idem, ibidem).

Segundo Orlandi (1999), "é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito de interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o 'anonimato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras"(op.cit., pp. 33-34). Para essa autora,

o interdiscurso só se realiza quando o falante mergulha numa alienação enunciativa, onde as origens do dizer se apagam em favor de uma crescente apropriação da fala dos outros, como se o próprio sujeito as produzisse.

É bom sabermos que outros discursos reaparecem em nossos, mas como se dá essa determinação ideológica ou interdiscursiva?

Defendemos que há quatro maneiras (pode haver outras) dos discursos retornarem a um discurso específico (como diz Orlandi, de forma anônima): reconstrução, confirmação, contradição e polêmica.

A reconstrução se realiza, quando se está dizendo o que todo mundo já sabe, mas esquece por alguma razão; aparece muito quando se fala de democracia, justiça, igualdade, ou seja, saberes que são do domínio popular.

A confirmação se realiza, quando há pleno acordo sobre o que se deve fazer em uma determinada situação, todas as vozes se conjugam a um único objetivo; aparece muito quando se fala de crise, solução, ou seja, saberes que são do domínio de um especialista, que deve confirmar ou não os discursos.

A contradição se realiza, quando diferentes vozes disputam um espaço de dizer e são constituídos lugares diferentes de sentido; não há uma temática específica em que esse interdiscurso apareça, já que todo e qualquer discurso é contraditório.

A polêmica também se realiza a partir de diferentes vozes, mas não a partir de lugares diferentes, mas do próprio espaço de dizer do sujeito, do que resultam dois mecanismos semânticos de

produção do sentido: a paráfrase, que instaura os mesmos sentidos no discurso, e a polissemia, que instaura diferentes sentidos no discurso.

Evidentemente, essa classificação de realização do interdiscurso não pretende ser fechada e única, até porque o interdiscurso está constantemente modificando, transformando as formações discursivas, que fornecem ao sujeito o que ele diz. Como os saberes anteriores dos sujeitos são erradios, os modos deles assumirem os seus discursos também serão erradios. Entretanto, há sempre algo que permanece e que não podemos perder de vista: o discurso de um sujeito não é transparente em relação ao que ele diz e este mesmo sujeito não é a fonte e origem daquilo que diz, a sua fala vem de outros sujeitos, formulada em outras circunstâncias, determinações estas que o sujeito faz questão de esquecer, para que se possa constituir enquanto sujeito autônomo. Esperamos que a análise do texto abaixo confirme essas hipóteses.

Os compromissos

Não há nada de extraordinário em os candidatos aos cargos executivos no país fazerem promessas de realizações que eles acreditam agradarem às massas. Eles fazem tais promessas com prodigalidade em comícios e, sobretudo, em programas do guia eleitoral.

É um costume geralmente aceito e os candidatos mal se dão conta de que as pessoas estão pouco acreditando que eles façam, depois, o que estão prometendo. E não fazem, não porque não tinham a intenção de fazer ou porque não

desejassem fazer. Não fazem porque não podem.

Uma cousa é acreditar, fora do governo, que se pode realizar tal propósito, e outra bem diferente é chegar ao governo e verificar que não se têm nem as condições financeiras nem as pessoas competentes para a execução dos empreendimentos.

Os fatos ocorrem de uma maneira tal, durante as campanhas eleitorais, que as pessoas vão escolhendo seus candidatos inteiramente desapegados do sentido das promessas e dos propósitos expostos pelos candidatos em suas penosas campanhas.

Há no espírito das pessoas algumas idéias básicas, alguns pressupostos, que lhes servem de guia para a escolha dos candidatos em quem irão votar. Pode acontecer, como é o caso do Brasil atualmente, que as idéias dominantes sejam as de mudança. Pode-se não saber que mudanças devem ser, de que maneira elas devem ocorrer. Se a predeterminação é a da mudança, têm mais chance de ser escolhidos candidatos que signifiquem mudanças, se forem eleitos para governar. Não é suficiente que o candidato prometa mudança. O que irá importar é se ele inspira confiança. Pode ser pelo seu passado, pelo sentido de sua personalidade.

Mas pode acontecer que as pessoas receiem mudanças e prefiram candidatos que serão capazes, por seu passado ou por sua personalidade, de melhorar e aperfeiçoar os sistemas e modos de ação em curso, tendo em vista o progresso e o maior bem-estar de todos.

A maioria dos brasileiros escolarizados procura saber como está o seu país, como está o mundo, como estão as relações entre o nosso país e os demais países, quais as influências negativas que devemos eliminar e quais as positivas que devemos desenvolver. Os governantes que desejamos são os que, pela sua vida, pela sua honestidade, pela sua competência, pela sua maneira de ser e de existir, nos inspirem a confiança de que terão mais acertos do que erros em sua administração. A depuração do tipo de democracia sob que queremos viver, exige que os políticos, postulantes de cargos efetivos, ensejem aos eleitores tomarem as decisões certas. Influenciar o eleitorado por meios menos lícitos para o direcionamento do seu voto no dia da eleição é retardar o progresso do povo brasileiro. É preciso não enganar, não iludir, não lograr o eleitor. Devemos oferecer-lhe, de boa-fé, os elementos para ele fazer a sua escolha.

(Editorial do Jornal da Paraíba, de 08 de outubro de 2002)

O texto acima cruza três discursos – o discurso de campanha política, o discurso do eleitor e o discurso da mídia – com duas formações discursivas: a da mudança e a do receio da mudança. Os três discursos são afetados e modificados pelas FDs, assim como estas são afetadas e modificadas por aqueles. Em razão das FDs, os discursos de promessas se distinguem em dois tipos, as promessas vazias, sem respaldo de sustentação financeira e de competência para realizá-las e aquelas que têm esse respaldo, que são classificadas como: as primeiras constituem os que estão

fora do governo e as outras aquelas do governo. O discurso da mídia, por sua vez, em conseqüência da transformação anterior, polariza as FDs em mudar o que o governo já faz ou em manter a situação em que o país se encontra, e para isso lança mão de conceitos vagos como *brasileiros escolarizados, influências negativas, passado, honestidade, competência, progresso do povo brasileiro*. O discurso do eleitor sofre duas injunções, primeiro a sua repartição entre os que querem mudar e os que têm medo de mudança, depois essa divisão se transforma em outros discursos distintos, ainda sob o signo do maniqueísmo: há os querem enganar, iludir e lograr os eleitores e há aqueles que querem *oferecer-lhe, de boa fé, os elementos para ele fazer a sua escolha*. A mídia, especificamente o editorial do jornal em questão, aparece como o discurso que oferece ao eleitor/leitor o melhor discurso, sob sua ótica. Eis o interdiscurso construindo o dizer cotidiano de cada um e de todos, sob a forma do anonimato, ou seja, construindo para o seu leitor a evidência de só existe uma verdade e esta se encontra nas páginas daquele jornal. É fazer com que cada um só diga o que o jornal quer, sob a forma de que está dizendo individual e independentemente. Esse interdiscurso se aproxima do estamos denominando de reconstrução, trazer à baila um discurso esquecido e procurar induzir o leitor a aceitá-lo.

3.4 – O intradiscurso

Sempre que nos dispomos a escrever, ou mesmo a falar, encontramo-nos em situações que exigem formulações diferentes daquelas que pretendíamos: uma palavra imprópria, um enunciado

que não diz o que a gente quer dizer, outros sentidos que irrompem no dito... Sempre que nos deparamos com essa situações, estamos expostos ao espaço da enunciação, ao modo como nós dizemos o mundo. Pêcheux denomina a esse fenômeno de *intradiscurso*. Segundo Pêcheux e Fuchs (1990), "os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o 'dito' e em conseqüência rejeitar o 'não-dito'"(p.175-176). Os autores distinguem duas regiões do dizer: a do selecionado e a do rejeitado. A região do selecionado é aquela em que o sujeito pode penetrar conscientemente ou pré-conscientemente, em que se realiza um retorno do discurso sobre si mesmo, e em que o discurso do eu se distingue do discurso do outro, constitui-se como "o espaço subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável, de modo que ele faça incessantes retornos sobre o que formula, e aí se reconheça" (op. cit., p. 178).

Em Pêcheux (1988), o autor denomina esse fenômeno de intradiscurso, "o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito)"(p. 166). Esse funcionamento do discurso sobre si mesmo pode ser caracterizado como um efeito do interdiscurso, que traz para o discurso do sujeito a aparência de um discurso unitário.

Eni Orlandi defende que o texto, tanto o oral quanto o escrito, traz em si suas diferentes versões, isso porque ele é uma formulação ou atualização da memória do dizer, e é assim que entende o intradiscurso. Desse modo, podemos repensar **texto** como o lugar onde o sentido se realiza historicamente, restringindo e dimensionando o discurso, enquanto **formulação** é a atividade textual que atualiza o discurso em textualidade, através de diferentes materialidades e variadas versões possíveis. Fazer dos discursos textos traz algumas conseqüências para o sujeito, entre as quais a mais importante é uma distância não preenchida entre o que se quer dizer e o que se diz efetivamente; essa distância provoca um efeito de "incompletude" no processo de textualização, visto como multiplicidade de leitura, ambigüidade, equívoco. Isso acontece porque o texto sempre pode ter outras formulações, dentro do princípio de variança, segundo o qual o texto tem regiões abertas para outros textos, deslizamentos que permitem outras possibilidades de formulação. Por outras palavras, qualquer falante sempre pode reescrever um texto de determinados lugares ou a partir de outras materialidades simbólicas, são essas reescritas possíveis que torna o texto o espaço privilegiado onde se pode omitir discursos, posições de sujeito ou criar verdades diferentes para um mesmo fato. O texto, sujeito a equívocos lingüísticos e a novas textualizações (formulações, versões), é assim uma forma material que manifesta concretamente o discurso. Na medida em que é compreendido como formulação, aceita diferentes escrituras, reformulações, reescrita e se constitui no plano da enunciação e não no da constituição dos sentidos.

"Há um longo percurso entre o interdiscurso (memória do dizer), nível de constituição do discurso, e o texto (intradiscurso), nível da sua formulação: ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário. Um texto tem em suas margens outros textos, as famílias parafrásticas, indicando tantas outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes. Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória (saber discursivo) na sua formulação. Um texto é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo, o ´a dizer` e não o vazio" (ORLANDI: 2001, p.90).

Vejamos como podemos analisar o intradiscurso.

"Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho. Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Sivestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e

poria o meu nome na capa (...) Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi novo pio de coruja – e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta. Afinal foi bom privar-me da cooperação de padre Silvestre, de João Nogueira e do Gondim. Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo. E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me chamarão potoqueiro." (Graciliano Ramos, **São Bernardo**: Record, 1985, p. 7-10)

Nesses enunciados, encontramos o sujeito diante da necessidade de produzir um texto, situando sua enunciação em várias regiões do dizer: literatura, moralismo, ortografia, retórica, gramática, tipografia, composição literária, confissão. Temos um intradiscurso afetado por vários interdiscursos; para cada um destes, convida o sujeito alguém responsável e que possa dizer algo melhor do que ele. Entretanto, a região confessional impede que ele diga tudo a tantos.

Em termos intradiscursivos, temos duas regiões: o espaço do indizível e o espaço do dizível. O espaço do indizível subdivide-se entre o que ele não diz porque não sabe e o que ele não diz porque não pode. O sujeito se considera um sujeito ignorante de moral, latim, gramática, composição tipográfica e literária, são estes, portanto, conhecimentos que escapam ao sujeito e que este delega a outros. Há conhecimentos que ele não pode revelar a ninguém, são aqueles do plano da confissão. Esses fatos que ele não pode confessar a ninguém, dentro do jogo de determinações entre o

Capítulo 4 – Os discursos e seus textos

4.1 – Discurso e texto

Sabemos que definições sempre trazem problemas, não pelo que elas dizem, mas pelo que silenciam e atiram para o cesto da seleção teórica das individualidades subjetivas. Entretanto, pedagogicamente, urge que delimitemos com precisão o tema que será objeto de estudo. Em termos de linguagem, por outro lado, convivemos permanentemente com a tensão entre o ponto de vista, o lugar de onde se fala, as intuições racionais de cada falante-sujeito e a descrição empírica, o observável heterogêneo das falas, o que seria, *mutatis mutandis*, a relação entre o olhar e o olho, o subjetivo e o objetivo. É nessa problemática que inserimos o objeto de estudo da Análise de Discurso (referida como AD), que tanto é dado quanto fato, ou seja, que tanto é objeto empiricamente descritível (o texto), quanto uma construção teórica, dependente da seleção teórico-metodológica (discurso). Discutiremos aqui como a AD trata essa diferença.

Inicialmente, perguntamo-nos o que o senso comum pensa sobre o assunto e aí encontramos posições como "texto é o que está escrito, é o que vale" e "discurso é fala de gente importante". O eco dessas posições são as definições abaixo citadas:

> "Chamamos de discurso toda atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação - ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo - como também o evento de sua enunciação. O texto

será entendido como uma unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor / ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão", (Koch et Travaglia: 1989, p. 8-9).

Defendemos que o texto e o discurso não são assim decalques da realidade, mas um trabalho de sujeitos, que, por sua vez, não têm tanta liberdade sobre o que dizem. Sem nos preocuparmos histericamente com definições e/ou delimitações do que temos a dizer sobre o objeto de estudo da AD, indicaremos algumas posições para reflexão.

Maingueneau (1997) defende que "o termo *texto* adquire valores variáveis, emprega-se muitas vezes como um equivalente de *enunciado*, como um grupo lingüístico autônomo, oral ou escrito, produzido por um ou vários enunciadores numa determinada situação de comunicação." Em relação ao verbete "discurso", o autor afirma que "tomado na sua mais lata acepção, este termo designa menos um campo delimitado de investigação do que um certo modo de considerar a linguagem, enquanto atividade de sujeitos inseridos em contextos determinados. Como pressupõe a articulação da linguagem em parâmetros de ordem não lingüística, o discurso não pode ser objeto de uma abordagem exclusivamente lingüística,(op. cit., pp. 33-34/99).

Entretanto, essas concepções genéricas de texto e discurso não consideram a prática que fazemos quando usamos textos e

esquecemos vestígios de discurso. Na prática de linguagem cotidiana, seja escrevendo/lendo ou falando/ouvindo, a diferença mais gritante é a da presença/ausência de autor, de inscrição de sujeito responsável pelo dizer: o texto pode ter o autor ausente, enquanto o discurso terá sempre um sujeito responsável pelo dizer; isso explica a possibilidade de cartas anônimas, a existência de textos apócrifos da Bíblia; por sua vez, os discursos existem associados a posições ideológicas (sujeitos), mesmo que nunca venham a ser ditos em texto escrito ou falado.

Em termos de constituição do objeto de estudo da AD e de como podemos efetuar uma análise, assumimos que "o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito", ou seja, podemos ter um discurso em vários textos (o discurso político pode aparecer em jornais, congresso, rádio, televisão, igreja, escola, etc.), vários textos podem ter um mesmo discurso (um romance, um filme, uma carta, um ensaio, uma biografia podem defender um discurso populista), e, num único texto, podemos ter duas ou mais posições discursivas e inscrever mais de um sujeito responsável por esse dizer (uma reportagem sempre traz as diferentes perspectivas sobre o assunto, instaurando diferentes sujeitos). Segundo Orlandi e Guimarães (1988),

> "o discurso é caracterizado por uma dupla dispersão: a dos textos e a do sujeito. Essas diferentes posições do sujeito no texto correspondem a diversas formações discursivas, porque em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discurso diversos, que derivam de várias formações discursivas. Para caracterizar um discurso é menos importante (e possível) remeter

a um conjunto de textos efetivos do que a um conjunto virtual, o dos enunciados produzíveis conforme às coerções da formação discursiva. O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática; para se encontrar sua regularidade, não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção." (p. 17-18)

Verificaremos a operacionalização de tais conceitos com a leitura do texto abaixo:

Lula, Tancredo, a Bíblia

O presidente eleito demonstra ter plena consciência dos verdadeiros problemas da pátria. "Enquanto houver, neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa", diz. Não, não, leitor, não se trata do virtual presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A citação acima pertence a outro presidente eleito, Tancredo de Almeida Neves, no discurso da vitória no pleito indireto de 1985. Poderia ter sido do mesmo Tancredo ao assumir o cargo de primeiro-ministro do efêmero parlamentarismo, 24 anos antes. Ou de Deodoro da Fonseca na proclamação da República. Ou de dom Pedro na proclamação da Independência. A história do Brasil é a história da ***busca da verdadeira prosperidade****, para ficar nos termos expostos por esse conservador iluminado que foi Tancredo.*

Cito Tancredo apenas para deixar claro que a ***esperança*** *não foi inventada pelo PT em 2002. A tarefa do partido é transformar esperança em realidade – em circunstâncias infernalmente difíceis, interna e externamente.*

Há, de um lado, o coro ensurdecedor dos mercados e de seus ventríloquos na mídia, na academia e nos negócios: superávit fiscal, austeridade, ajuste, respeito aos contratos, viva o FMI, e por aí vai. É até possível que ouvir a voz dos mercados seja necessário, seja correto ou, pior, seja inevitável. Mas não dá para esquecer que a voz rouca das urnas digitou outro recado: crescimento econômico, por extensão mais emprego e melhores salários. Ou, para voltar a Tancredo: trabalho, pão, teto e letras.

Pelo tom da campanha, o PT tentará conciliar o clamor do mercado com o clamor da rua. É possível isso ou vale o que está escrito na Bíblia, que diz que não se pode servir a dois senhores?

(**Clóvis Rossi** - Texto publicado na FSP em 27 de outubro de 2002)

Eis aí um texto fortemente marcado por suas condições de produção (a publicação do texto ocorre no dia da eleição para presidente da União Federativa, em segundo turno) que o transformam em discurso. Entretanto, é importante salientar que essa passagem de texto a discurso não acontece de forma simples, ou seja, não se pode afirmar haver um texto, que, inserido num contexto político, passou a ser um discurso. Na verdade, defendemos que há um texto com características do que se denomina em mídia de "coluna de autor". Esse texto é constituído de um retalho de discursos, implícitos e explícitos; nessa análise, serão referidos apenas os explícitos, marcados por negrito, itálico e sublinhamento.

Em negrito, manifesta-se o discurso da utopia, que anuncia um futuro próspero para todos os brasileiros, que terão emprego, alimentação, habitação e educação. Em itálico, temos o discurso, que se poderia denominar de transformação, onde o sonho passa a ser verdadeiro, combatendo a realidade. Esses dois discursos – o da utopia e o da transformação – são assumidos por dois sujeitos, que estão sublinhados: o mercado e o eleitor. O mercado diz que a realidade é *superávit fiscal, austeridade, ajuste, respeito aos contratos, viva o FMI* (o que está fora desse quadro é utopia), enquanto o eleitor diz que o sonho é *crescimento econômico, por extensão mais emprego e melhores salários* (portanto, deve-se transformar a realidade para que o sonho seja possível). Numa posição crítica a esses discursos, o autor traz, de modo intertextual explícito, o discurso bíblico, evangélico e cristão da dúvida sobre quem serve a dois senhores ao mesmo tempo.

Podemos concluir, afirmando que o texto de Clóvis Rossi é constituído de três discursos: o da utopia, o da transformação e o da dúvida, que são, respectivamente, assumidos pelo mercado, pelo eleitor e pelo autor. Temos, assim, um texto e uma dispersão de discursos e sujeitos, que não podem ser ignorados por quem trabalha, pedagogicamente, com a língua e seus textos.

4.2 – Gêneros do discurso

Pensar em texto é também pensar na heterogeneidade de uso de texto numa sociedade de informação como a que vivemos. Por essa razão, estabeleceremos alguns critérios para a distinção de uso desses textos. Utilizamos três critérios: a instituição, as

modalidades da língua e os suportes textuais. Por eles, distinguimos três grandes grupos textuais: institucionais, modos de registro e os suportes. Esses grandes grupos podem ser chamados de tipos de texto, que, por sua vez, comportam diferentes gêneros textuais; cada gêneros textual realiza-se em seqüências lingüísticas, efetivamente produzida por um locutor/autor, que denominamos gênero discursivo. Nessa classificação, partimos do mais abstrato, social e culturalmente estabelecido, para o mais concreto, social e culturalmente realizado: tipo de texto, gênero textual e gênero discursivo. Os critérios para definir o que sejam gêneros discursivos é a sua predominância em termos de argumentação, descrição e narração.

Consideremos a instituição do texto jurídico, num júri predomina a argumentação, num contrato a descrição. Por sua vez, no tipo de texto administrativo, no gênero textual ata predomina o gênero discursivo narrativo. Em termos de modalidade, na escrita informal, o bilhete, a carta pessoal e o recado mesclam a argumentação e a narração; na oralidade formal, a aula e a palestra revestem-se de argumentação. Em termos de suporte, no jornal encontramos reportagens de predominância narrativa. Os tipos de texto são institucionais, modalidade e suporte. As instituições comportam os gêneros textuais jurídico (júri, constituição, contrato), burocrático-administrativo (ata, requerimento, ofício, parecer), religioso (sermão, rituais, orações), literário (conto, romance, poesia), político (debate, projeto-lei, decreto), publicitário (propaganda, slogan, anúncio), didático-pedagógico (livro didático,

plano de curso, plano de aula), escolar (diário escolar, redação, regimento de escola, resumo), comercial (nota fiscal, carta comercial, circular), científico (tese, dissertação, monografia, ensaio, artigo), mitológico (canções, rapsódia, lenda, folclore), tradicional-popular (piada, adivinhas, cruzadas, canções). As modalidades são constituídas dos seguintes gêneros textuais: escrita informal (bilhete, carta pessoal, recado, aviso), instrucional-manual (manuais de eletro-eletrônicos, manuais de automóveis, receita), técnicos (tabela estatística, bulas de remédio, descrição de produtos, informações sobre e em programas de computador, formulários), oralidade formal (aula, palestra, conferência, seminário), oralidade informal (conversação, conversa, familiar, discussão). Os suportes são constituídos dos seguintes gêneros textuais: jornal (entrevista, notícia, reportagem, manchete, colunas), revista (entrevista, notícia, reportagem), livro (auto-ajuda, conhecimentos gerais, biografia, ficção), rádio (programa musical, debate, noticiário, entrevista), televisão (entrevista, variedades, novelas, filmes, debate), telefone (conversa, convite, pedido), internet (e-mail, sites, blogs).

A leitura do texto abaixo nos dará uma amostra da complexidade da classificação de textos.

> SAMBA ARISTOCRÁTICO (José Dilermano – Moreira da Silva)
>
> Eu quis fazer um samba aristocratizado,
> um samba estilizado, com versos verdadeiros,
> um samba todo cheio de originalidade,
> um samba que pudesse ser levado ao estrangeiro.

Um samba que tivesse prosódia, ortografia,
com etimologia nas suas radicais,
um samba novidade, um samba de sucesso
que me desse o ingresso no clã dos imortais.

Espremi meu talento, cansando a inteligência,
gastei a paciência, durante um dia inteiro.
Mas, apesar do estro da minha poesia,
o samba não saía do fundo do tinteiro.

Sentindo o meu fracasso, já muito encabulado,
joguei fora o tratado de versificação,
rasguei o meu compêndio de gramaticidade,
porque um samba de verdade só sai do coração.

Institucionalmente, é um texto tradicional popular, numa modalidade escrita, que tem como suporte encarte de disco, caracteriza-se por ser uma canção popular e discursivamente se caracteriza por ser uma argumentação. É no plano discursivo, que o caracterizamos em sua tipologia, como autoritário, polêmico ou lúdico, a partir de três critérios: reversibilidade dos locutores, presença ou ausência do objeto em discussão e resultado da tensão paráfrase/polissemia. Ora, esse texto argumentativo é classificado discursivamente como lúdico, por dar voz ao outro do discurso (o aristocrático), por deixar em aberta a discussão sobre o que é o samba e por manter viva a polissemia: apesar do autor do samba "jogar fora o tratado de versificação", sempre fica o desejo de fazer o verdadeiro samba, que se abre para outras possibilidades de "fazer samba".

4.3 – Autoria e sujeito

Em termos de autoria, temos historicamente duas posições, aquela que diz ser o autor todo-poderoso e origem da obra, ou seja, o autor tem preferência sobre o texto e outra que diz ser o autor construído na e efeito da linguagem, onde o texto tem preferência sobre o autor. Segundo a leitura de Barthes (1987), o autor (construído e constituído no texto) desaparece e quem passa a ser o organizador e reorganizador do texto é o leitor, aquele que tem o poder de reunir num "mesmo campo todos os traços que constituem o escrito." Essa posição aparentemente vai de encontro à posição de Foucault (1996), para quem o autor é um "princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência." Eni Orlandi (1996) tenta resolver esse impasse entre leitor e autor, situando este último como função autoria, um lugar de interpretação que o sujeito ocupa para historicizar o seu texto, nas formulações e reformulações do interdiscurso, os outros discursos que se cruzam e atravessam o texto. A partir do momento em que não mais entendemos autor como aquele que produz o texto e leitor como aquele que o recebe, passamos a entender a autoria como o lugar onde se interpretam os sentidos do texto; a região onde o texto é discurso. Nesse instante, podemos afirmar, com Schinelo e Villarta-Neder (2000), que a autoria é um processo dialógico, exercido nas modalidades da escrita e da oralidade, de produção de leituras, com traços de operações intertextuais e interdiscursivas. Essas leituras se efetuam no plano discursivo da interpretação, como também sobre o suporte material e observável do texto, que permite diferentes realizações:

o manuscrito, o impresso, o digitado, o virtual, o publicado etc. Em relação ao "suporte material" dos textos, Maingueneau (2001) afirma que "um texto pode passar somente por ondas sonoras (oralidade), ter suas ondas tratadas e depois restituídas por um decodificador (rádio, telefone etc.), ser manuscrito, impresso em um único exemplar (impressora individual), figurar na memória de um computador etc. Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso (...) o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte/ transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*"(grifos do autor). O meio em que o texto se realiza interfere no significado e nos efeitos que ele opera sobre o sujeito: o comunicado de uma empresa tem significados diferentes e produz diferentes efeitos se está manuscrito, digitado, datilografado, publicado em jornal, se aparece como propaganda, se é lido na televisão, no rádio, na internet, por telefone ou se é comunicado oralmente. Esses diferentes meios produzirão diferentes efeitos de sentido e farão do mesmo texto diferentes textos, às vezes com a impressão de ter diferentes autores.

O sujeito, em sua função de autor, se caracteriza por ser quem atribui sentidos ao texto e lhe dá uma configuração de unidade e coerência, fazendo com que um conjunto de enunciados possa ser lido como texto. Se todo texto tem autor e este emprega à superfície da linguagem um efeito de literalidade, por que as lacunas, as ambigüidades, os equívocos constitutivos da língua ainda insistem em aflorar? A resposta a essa questão nos indica que o sujeito, em sua função de autoria, traz saberes de interdiscursos, ou

formulações anteriores, que lhe vão pintalgando a fala, por diferentes formas: crítica, negação, ironia, ambigüidade. A figura do autor, ou princípio de autoria, função-autor, traz características do pêndulo, ora se reveste de marca de textualidade (a assinatura, o "nome"), ora se constitui como discurso, na organização ou reorganização dos sentidos; esse modo de pêndulo da autoria se manifesta nas chamadas obras anônimas ou textos apócrifos. Para que possamos compreender melhor a natureza dessa função-autor ou princípio de autoria, analisemos o recorte textual abaixo (RAMOS: 1985):

"O autor examinou de lápis na mão a casa de cômodos e muniu-se de anotações, tantas que reproduziu, com todos os erros, uma carta em que se agencia dinheiro para igreja, uma notícia de jornal, um recibo e um desses escritos extravagantes que as pessoas supersticiosas copiam, com receio de que lhes chegue desastre, e remetem a dez indivíduos das suas relações. Esse amor à verdade, às vezes prejudicial a um romancista, pois pode fazer-nos crer que lhe falta imaginação, dá a certas páginas de *Suor* um ar de reportagem" (p.94).

Aqui se compreende bem o pêndulo entre função-autor e autoria. Os traços de autoria desse recorte são: a designação de quem escreveu o livro como "autor" ou "romancista", o que marca a profissão e o gênero de escrita desse profissional, refere-se a uma pessoa como escritor; o outro traço é o título do livro "Suor", o que dá uma idéia de trabalho reunido, ou o que se costuma denominar de "obra". Os traços da função-autor são a atribuição de sentidos, mais ou menos homogêneos, a gêneros de natureza

heterogênea e que, na maioria das vezes, tem o anonimato como característica principal: anotações, carta, notícia de jornal, recibo e escritos de superstição. Ora, esses textos significam apenas através de um discurso que os organiza.

O princípio de autoria e a função-autor diferem apenas em relação ao que querem atingir: o princípio de autoria organiza o texto, diz onde ele começa e onde ele termina, pontuando o seu desenvolvimento, já a função-autor é mais uma maneira de situar o(s) discurso(s) em relação a seu interdiscurso, passeia entre os diferentes lugares do dizer (as formações discursivas) e, como resultado da tensão constitutiva destas, escolhe a maneira de dizer o seu discurso. Abaixo, mostramos em dois textos essas diferenças:

Babe, o porquinho atrapalhado(AUS, 1995, DIR: Chris Noonan)

Fazendeiro ganha como prêmio numa feira um porquinho atrapalhado. É uma irresistível fábula em que animais se comunicam, e têm fortes personalidades, na qual a interação entre as diversas espécies e as pequenas surpresas do roteiro – como o coro grego dos ratinhos – conquistam o espectador com um humor para todas as idades. 46 filhotes fêmeas interpretam Babe, e cerca de 970 animais foram usados nas filmagens. Recebeu um Globo de Ouro e foi indicado para sete Oscar, inclusive os de filme e direção (arrebatou o de efeitos especiais). (Guia de Vídeo e Dvd 2002)

Babe, o porquinho atrapalhado (AUS, 1995, DIR: Chris Noonan)

Sinopse: Numa fazenda do interior da Austrália, um porco órfão e falante fica amigo da família e é adotado por uma cadela. Comentários: Inesperado êxito internacional, indicado para vários Oscars, inclusive Melhor Filme e premiado pelos efeitos especiais. Mas no Brasil nunca convenceu. As crianças não o apreciam e os adultos se aborrecem, embora alguma curiosidade em ver os bichos falarem através dos efeitos digitais. O filme fica num meio termo, que o envelheceu rapidamente. Duvido que você queira ver a continuação, também disponível em DVD. Edição banal demais para uma fita de efeitos. (FILHO: 2001)

Como podemos constatar, temos no primeiro caso um texto sem autor, onde o princípio de autoria não é predominante e o que existe é uma função-autor, que se manifesta por adjetivo (*irresistível*), construções metafóricas (*conquistam o espectador*) e pré-construídos (*um humor para todas as idades*), esse é, portanto, um texto predominantemente informativo, que esconde o autor. Já no segundo, o princípio de autoria na divisão do texto em *sinopse* e *comentários*, enfatizando estes por uma crítica que se basta a si mesma, devido à autoridade de quem a escreve, o crítico de cinema Rubens Ewald Filho. Torna-se assim um texto de autor, que de alguma forma posiciona-se a respeito do filme. Com esses dois exemplos, verificamos que há textos em que o autor se faz presente, fazendo o papel do leitor, enquanto há outros

em que o autor quase desaparece, permanecendo através de marcas lingüístico-textuais que apontam para os discursos que lhe dão *ethos*, para usar um termo de Maingueneau; estes exigem mais do leitor, transformado em parceiro do autor.

Capítulo 5 – Conceitos analíticos

5.1 – Discurso e interpretação

Um problema que sempre surge para aqueles que são habituados à leitura é aquele de buscar os sentidos, geralmente são colocadas questões do tipo: o sentido está no que o autor quis dizer, no próprio texto, no leitor ou nas circunstâncias que cercam a produção do texto. Esses questionamentos sempre acompanharam essa figura denominada leitor. Essas quatro possibilidades sempre rondaram aqueles que lhe procuraram a resposta. Inicialmente, gostaríamos de nos posicionar, afirmando que todas essas possibilidades se conjugam no instante da interpretação, até porque defendemos, juntamente com Umberto Eco (1993, p. 28), que "interpretar um texto significa explicitar por que essas palavras podem fazer várias coisas (e não outras) através do modo pelo qual são interpretadas". Aqui, estudaremos como se dá essa relação entre discurso e interpretação.

Em determinado momento de seu trabalho de pesquisa, Pêcheux percebeu que não poderia se contentar apenas com a descrição dos discursos, mas precisava analisar o instante em que este se constituía numa interpretação, e não apenas uma simples leitura. Sentia a necessidade de "constituir um espaço polêmico das maneiras de ler", que "consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a 'leitura literal' (enquanto apreensão-do-documento) numa 'leitura' interpretativa – que já é uma escritura." Nesse artigo sobre arquivo,

Pêcheux compreende de uma nova maneira o que vem a ser interpretação, uma atividade de escritura, e talvez possamos compreender, nesse último termo, o sentido de produção de discurso. Já em outro trecho, de um outro ensaio (PÊCHEUX: 1990), ele afirma que "o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da interpretação: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indescirnível." A proposta do autor, em relação à interpretação, aparece claramente no final do ensaio, quando afirma que, "através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posições, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados." Pelo que vimos, segundo Pêcheux, a interpretação é um momento importante na produção do discurso, aquele em que o sujeito se identifica com uma determinada posição.

Eni Orlandi (1996) defende que "qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições de sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade" (p. 14) Estabelece assim uma relação entre a produção textual e a interpretação, chegando a afirmar que "o espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva de sua relação com a memória (saber discursivo),

interdiscurso" (op. cit., p.15). Por essas palavras, entendemos que a autora compreende a interpretação como produção de texto, dentro do universo do interdiscurso do sujeito. Essa posição se completa com as seguintes passagens:

> "o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio (...) Efetivamente, no momento em que se assume a incompletude da linguagem, sua materialidade (discursiva), o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária (embora na maior parte das vezes negada pelo sujeito) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba." (pp. 18;20)

Por essa ótica, podemos analisar um texto, em termos de sua interpretação, procurando observar alguns aspectos: qual a leitura que está legitimada na produção daquele texto, através de qual interpretação o sujeito pode se fazer autor e qual a região do interdiscurso pode fazer desse autor o produtor daquele texto, inserindo nele o seu leitor.

O GRANDE SUSPENSE

(*Moacyr Scliar*)

A cena era realmente eletrizante. Agarrado precariamente às saliências da parede, o Homem-Aranha escalava penosamente o enorme edifício – na verdade uma fachada construída especialmente para a superprodução –

quando de repente as luzes do estúdio se apagaram. Em meio à escuridão, o Homem-Aranha gritou:

– As luzes, o que houve com as luzes?

– É a greve – respondeu uma voz grave, soturna. – Os homens encarregados da iluminação foram embora.

Greve: sim, o Homem-Aranha tinha ouvido a respeito. Não julgava, contudo, que fosse para valer. Greve em Hollywood? Greve na maior fábrica de ilusões do planeta? Greve na cidade das mansões, dos salários bilionários? Bem, talvez os encarregados da iluminação não ganhassem tanto assim.

– Quero falar com o diretor – exigiu o Homem-Aranha. – Quero saber o que eu faço agora. Não vou agüentar muito tempo pendurado nesta fachada.

– O diretor – disse a mesma voz grave, soturna - também entrou em greve. Está em lugar incerto e não sabido.

– Mas alguma coisa tem de ser feita – disse o Homem-Aranha, já nervoso. – Quero então falar com o assistente do diretor.

– Ele também está em greve. Recusa-se a falar a respeito deste filme.

Meu Deus, pensou o Homem-Aranha, isto está ficando sério.

– E o roteirista? – perguntou.

– O roteirista deve ter alguma idéia do que acontecerá agora. Afinal, foi ele quem...

– O roteirista também está em greve – disse a voz grave e soturna. – Mais do que isto: antes de ir embora, ele rasgou o roteiro deste filme.

– Mas então o meu destino é uma incógnita? – perguntou o Homem-Aranha, entre aflito e zombeteiro.

– Para você, é. Para mim, não.

E aí o Homem-Aranha deu-se conta: estava dialogando com uma voz misteriosa. De quem era aquela voz, grave, soturna – e misteriosa? De onde tirava aquela segurança que mostrava em suas respostas?

– Quem é você? – perguntou, agora aterrorizado.

A voz não respondeu. Não precisava responder: o Homem-Aranha acabava de descobrir que havia um poder superior ao da usina de sonhos e de pesadelos. Que poder era esse, era algo que ele não sabia. E sobre o qual não ousava sequer pensar. (FSP, de 15 de janeiro de 2001)

Para que possamos analisar como se constitui a interpretação nesse texto, ressaltamos que ele é atravessado por três interdiscursos, que dão o tom do fazer linguagem ao autor e aos leitores: a literatura, a mídia cinematográfica e a política. A literatura legitima a produção desse texto, na medida em que diz ao leitor: Moacyr Scliar é escritor e como literário esse texto deve ser lido, mesmo que inserido num jornal diário, portanto uma das interpretações possíveis ao texto é a da metáfora. O sujeito se interpreta como autor (e aqui não apenas o produtor do texto, mas também seu leitor real) quando dá sentido aos personagens referidos no texto: o homem-aranha e a voz, que passam a se

significar não apenas como personagens do texto, mas, através das interdiscursividades político-históricas, todas as formas de mascaramento dos poderes que atingem o cotidiano de qualquer um, emerge um poder que atravessa o indivíduo e faz deste um sujeito que se perde numa comunidade de discursos. Esse efeito de poder se mostra mais eficaz quando o autor insere o leitor no texto, que se identifica com a voz, no momento em que esta afirma que o destino do homem-aranha só é uma incógnita para o próprio, mas não para ela, a voz. E essa forma de leitor, que sabe todo o destino do personagem do texto, constrói a última forma de interpretação, a política, já que é através da greve (uma forma de fazer política) que desconstrói a outra maneira de interpretar o mundo, a mídia cinematográfica. Resta dessa produção de texto a interpretação como uma tomada de posição sobre o mundo sócio-histórico. O texto como um todo, nesse caso, é uma interpretação, a partir da identificação a uma visão de mundo, que está recortada entre diferentes interdiscursos.

5.2 – O discurso como acontecimento.

Foucault, após criticar aquelas leituras interpretativas, que procuram a origem dos sentidos ou os sentidos ocultos, decide estudar ou refletir sobre a irrupção dos discursos e denomina esse tipo de pesquisa como *descrição dos acontecimentos discursivos*. Ora, esclarecendo o nosso percurso, recordamos que inicialmente pensamos o discurso como uma ação que realizamos ao falar/escrever/ler/escutar e que produz certos efeitos de sentido, numa operação sobre a língua: essa ação ou prática discursiva e seus

efeitos de sentidos surgem como um acontecimento discursivo, definido por FOUCAULT (1995, p.30) como "constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um (...) uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral." Esses acontecimentos discursivos são todas as realizações lingüísticas finitas, mesmo que a memória humana não a compreenda totalmente; a questão a ser feita é como, entre esses discursos, surgiu um determinado enunciado e não outro? O discurso, portanto, deve ser analisado sob três prismas: sua singularidade, suas condições de existência e suas correlações com outros discursos. O enunciado discursivo é um acontecimento que foge ao domínio da língua (enquanto sistema) e do sentido (enquanto interpretação acabada). É essa força como acontecimento singular que conduz Foucault a afirmar:

> "fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, o jogo de relações (...) a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa" (op. cit., p.33).

Não nos interessa apenas analisar o que o discurso faz com os sujeitos, como estes operam a língua na constituição de efeitos de sentido, mas também como esses discursos acontecem,

em que lugar, sob que condições e com quais outros discursos ele se relaciona. Há um certo momento, mesmo em situações cotidianas, em que nos perguntamos por que dissemos isso e não outra coisa? Esse é o momento em que surge o discurso como acontecimento.

Esses discursos, no entanto, não acontecem livre de coerções; em toda sociedade, o discurso sofre algumas coerções, seja por "procedimentos de exclusão", como a interdição (o sujeito é proibido de dizer o que quer), a separação ou rejeição (o sujeito é classificado de louco por dizer certas coisas) e uma vontade de verdade (o sujeito é submetido a uma certa maneira de compreender e interpretar o mundo); seja por "procedimento de controle e de delimitação do discurso", como o comentário (há quem diga pelo sujeito o que ele deve dizer), o princípio de autoria (aquele que organiza o que o sujeito diz), o princípio da disciplina (classificações do que o sujeito diz); finalmente, todo discurso deve obedecer a certas condições de funcionamento, constituídas de um conjunto de regras, que diz mais ou menos algo como: "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo"(FOUCAULT: 1996, p.37). Segundo o autor, uma das maneiras de questionarmos todo esse conjunto de coerções ao discurso será "restituir ao discurso seu caráter de acontecimento" (op. cit., p.51).

Em Lingüística, especificamente Análise de Discurso (AD), essa propriedade de acontecimento dos discursos é estudada em termos de enunciação. Segundo GUILHAUMOU et MALDIDIER (1989, p.64-65), a enunciação entra nos estudos do

discurso sob a categoria da contradição e do acontecimento, o que os leva, seguindo uma leitura de Marandin, a afirmar que "a descrição do deslocamento dos sujeitos, de sua passagem de um lugar enunciativo para outro, identifica-se à descrição de uma série de acontecimentos discursivos". PÊCHEUX (1990) compreende que a presença do Outro no discurso provoca uma crise em dois níveis, no fechamento do que seja discurso e nas fronteiras da formação discursiva, razão porque o *corpus* se desloca do "um" para o múltiplo, caracterizando o objeto da AD como um trabalho de interrogação-negação-desconstrução para a construção de objetos discursivos ou acontecimentos, que são pontos de vista e lugares enunciativos no fio intradiscursivo. Sob essa ótica, o discurso não existe como um espaço fechado, mas um acontecimento em que a fala do EU esfacela-se em contato com outros sentidos e outras falas. Essa preocupação surge em PÊCHEUX (1990) em suas preocupações com o acontecimento, definido como uma conjunção do contexto de atualidade e do espaço de memória reorganizado. Segundo este autor, o estatuto da discursividade em acontecimento entrecruza proposições logicamente estáveis e formulações equívocas, o que leva o lingüista a passar de uma descrição de espaços discursivos, constituídos por um conjunto de proposições logicamente estáveis, para um espaço de necessidade equívoca, onde todos os sentidos são possíveis. Saímos do campo da descrição para o campo da interpretação, o que pressupõe algumas exigências: a convocação de um tipo de real estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, mas continua produzindo efeitos; estabelecer relações

entre o que é dito e o que não é dito, ou é dito de outro modo, para entender o não-dito no interior do dito; trazer para a análise as práticas cotidianas do sentido; abordar o real da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, vistos como fatos estruturais implicados pela ordem do simbólico. A língua é recoberta discursivamente de duas maneiras, ou normativizada em regras pré-estabelecidas, ou um lugar indefinido de interpretações, não domesticado por regras. Nesse último caso, em que a língua serve de sustentação para os acontecimentos discursivos, toda seqüência lingüística é invadida por um discurso-outro que desestrutura e reestrutura os sentidos.

No texto abaixo, vemos como se dá esse jogo entre os sentidos estabelecidos, estáveis e os equívocos que vêm desestabilizar a interpretação num acontecimento discursivo de proporções localizadas:

"Letícia Dornelles, jornalista, escritora de best seller e co-autora de novelas, me manda deliciosa história de seus tempos de repórter de esportes na TV:

'Eu cobria o Vasco, em São Januário, quando um jogador chegou e disparou, todo charmoso:

- É, Letícia, você é muito feminina, delicada; a gente logo vê que é moça mesmo... Usa batom, perfume, deve até ter sido criada pela avó. Mas vai levar um choque quando descobrir que nos esportes femininos tem muita blasfêmea...

- Blasfêmea? – espantou-se a jornalista.

E o boleiro:

- Sabe como é... Mulher que gosta de mulher...'

Pano a jato!" (Renato Maurício Prado: O GLOBO, 14/ 03/2003)

Esse texto joga com o deslocamento de sentidos de duas palavras – blasfêmia (desrespeito a uma divindade) e fêmea (propriedade do sexo feminino) – e, conseqüentemente, situam o acontecimento discursivo em dois espaços, o sagrado e o profano, desqualificando uma certa imagem de mulher (que é sagrada para o discurso machista): *usa batom, perfume...criada pela avó.* Nesse sentido, o termo *blasfêmea* opera dois deslocamentos: rebaixa o universo religioso para o cotidiano, assim como eleva o profano, a imagem erótica que se tem da mulher, para a condição do sagrado.

Outro deslocamento é operado na própria materialidade da palavra, quando se percebe que a polissemia se encontra tão somente no texto escrito, ao verificar-se a troca de **i** por **e**, no ditongo. Sem esse deslocamento na materialidade da escrita, não teríamos esse cruzamento de discursos, fazendo com que o sentido sempre possa ser outro.

5.3 – Discurso e silêncio

É necessário que se pense na relação entre a palavra e o silêncio, porque é no entremeio dessa relação que se produz a violência política; o antropocentrismo e, em conseqüência, todos os *centrismos* (auto, euro, anglo, etc.) surgem dessa motivação de "que o silêncio seja abolido", porque "tudo que tradicionalmente escapa à palavra sofre um processo de dominação, mesmo de

violência. Para quê? Para obrigar a coisa a falar, obrigar a natureza a falar, o corpo a revelar os seus segredos" (MIRANDA, 1993, p.103). Devemos entender palavra como discurso, um sujeito precisa silenciar o discurso do outro sujeito para manter o seu como hegemônico, o que não deixa de ser uma violência. Segundo o autor consultado,

> "a relação entre palavra e silêncio parece constituir a matriz em que se move a política. A política, desde os gregos, esteve sempre associada à palavra, ao direito de falar livremente, mas a história da política tem sido a sua negação. Mais ainda, essa negação seria a origem da violência... (No entanto) o que é aporético no nosso tempo deriva do facto de que a crítica da *perda da palavra* como violência – um silêncio imposto, mortal – pode aplicar-se na *modernidade* à situação de excesso de palavras teóricas e vulgares – que enxameiam a nossa consciência do mundo" (Op. cit., p. 104).

Por outras palavras, o que caracteriza o silêncio no mundo moderno é a exposição maciça de palavras, tomando aqui um sentido de excesso de verbal: discursos, textos e estruturas lingüísticas, onde até uma letra, num processo de invenção de marketing, adquire significados excessivos; esse excesso de palavra desvia o sentido para outro lugar, o da dominação por um grupo restrito, não importa de natureza seja essa dominação (econômica, política, religiosa, etc.). O silêncio se caracteriza, portanto, de dois modos: como negação do discurso do outro e ocultação de seus sentidos e como excesso de discursos elaborados por um

determinado grupo, salientando exageradamente os significados desses discursos.

Devemos pensar uma distinção entre as palavras que são ditas e aquelas não ditas, refletindo sobre as relações existentes entre elas e de como dessas relações se sobressai o silêncio, como acuradamente pensou Foucault: "Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos" (FOUCAULT, 1988, p. 30). Assim como as palavras e os textos, os silêncios têm diferentes formas: o desvio de atenção, as entrelinhas, o excesso, a proibição e o estar em silêncio (que também pode ser percebido como um outro modo de falar).

O silêncio é sentido, ele não é o vazio de significação; uma pessoa que não está falando, uma página em branco não estão esvaziadas de sentido, elas querem dizer alguma coisa, no entanto é necessário um contexto ou um lugar em que essa lacuna, esse branco signifique alguma coisa: uma pessoa que está calada num hospital, numa conferência ou ouvindo alguém falar transmite sentidos como "respeito ao espaço", "atenção ao que está sendo pronunciado" ou "codificando uma resposta para o interlocutor". Por sua vez, uma página em branco pode significar um espaço para anotações pelo leitor ou recurso estilístico do autor (como o célebre *capítulo CXXXIX/ De como não fui ministro d'estado*,

do livro **Memórias póstumas de Brás Cubas**, de Machado de Assis, em que o autor apenas escreve uma seqüência de pontos). Por outro lado, o silêncio também se manifesta num diálogo entre duas pessoas tagarelas, em que se fala muito e não se diz nada ou em textos que pretendem desviar a atenção do leitor para assuntos de menor importância, recurso muito útil em jornais. O silêncio tem um sentido que é próprio dele mesmo e tem sentidos que ele adquire na sua relação com o dizível. Podemos afirmar que o silêncio, para os objetivos de nosso trabalho, se caracteriza de três modos:

a) a política do silêncio: que se manifesta de duas formas, o silêncio constitutivo e o silêncio local. "O silêncio constitutivo pertence à ordem de produção do sentido, representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito, se diz x para não deixar dizer y, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva. O sentido local se manifesta através da censura, trata-se da produção do sentido como uma estratégia política de produção do interdito, do proibido, a interdição do dizer" (ORLANDI, 1992, pp.75-77);

b) através do silêncio, "podemos passar das palavras para as imagens e as metáforas" (op. cit., p.15);

c) "a materialidade do silêncio está especificada na relação do imaginário com o real" (idem, p.16).

Nossa preocupação com o silêncio passa por esses três

caminhos: a produção do silêncio, a capacidade que um sujeito tem de silenciar outro sujeito, de fazer de um determinado sujeito político um não-sujeito, ou a invenção de um sujeito, tendo apagado os sentidos do sujeito político anterior; quais as imagens e figuras de que se reveste esse sujeito para que ele seja inventado e finalmente, como no discurso político dos documentos históricos transparece a relação de temas entre o imaginário e o real, de que modo essas duas instâncias aparecem ideologicamente na formação discursiva.

Com o fenômeno da censura, o sujeito é proibido de ocupar determinadas posições na formação discursiva, o sujeito perde sua caracterização como sujeito do discurso, é negada ao sujeito a propriedade de dizer, ao sujeito é determinado um único lugar na formação discursiva, aquele que interessa ao sujeito do discurso: "a censura, ao atingir o sujeito, fixa-lhe uma imagem" (idem, pp.78-83). Em torno desse aspecto do silêncio, adotamos a terminologia de "invenção do sujeito", em que um sujeito é apagado para o aparecimento de um outro, em volta do qual são criadas determinadas figuras e temas na produção de uma determinada formação discursiva para o discurso político em questão. Essa "invenção" só acontece em função da natureza dos textos com os quais trabalhamos, textos de mídia, em que há sempre um sujeito autorizado a interditar sentidos que não pertençam a sua formação discursiva.

Abaixo, transcrevemos um texto, seguido da análise de seus silêncios.

Lula, Tancredo, a Bíblia

O presidente eleito demonstra ter plena consciência dos verdadeiros problemas da pátria. "Enquanto houver, neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa", diz. Não, não, leitor, não se trata do virtual presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A citação acima pertence a outro presidente eleito, Tancredo de Almeida Neves, no discurso da vitória no pleito indireto de 1985. Poderia ter sido do mesmo Tancredo ao assumir o cargo de primeiro-ministro do efêmero parlamentarismo, 24 anos antes. Ou de Deodoro da Fonseca na proclamação da República. Ou de dom Pedro na proclamação da Independência. A história do Brasil é a história da busca da verdadeira prosperidade, para ficar nos termos expostos por esse conservador iluminado que foi Tancredo.

Cito Tancredo apenas para deixar claro que a esperança não foi inventada pelo PT em 2002. A tarefa do partido é transformar esperança em realidade – em circunstâncias infernalmente difíceis, interna e externamente. Há, de um lado, o coro ensurdecedor dos mercados e de seus ventríloquos na mídia, na academia e nos negócios: superávit fiscal, austeridade, ajuste, respeito aos contratos, viva o FMI, e por aí vai. É até possível que ouvir a voz dos mercados seja necessário, seja correto ou, pior, seja inevitável. Mas não dá para esquecer que a voz rouca das urnas digitou outro recado: crescimento econômico, por extensão mais emprego e melhores

salários. Ou, para voltar a Tancredo: trabalho, pão, teto e letras.

Pelo tom da campanha, o PT tentará conciliar o clamor do mercado com o clamor da rua. É possível isso ou vale o que está escrito na Bíblia, que diz que não se pode servir a dois senhores?

(**Clóvis Rossi** - Texto publicado na F SP em 27 de outubro de 2002)

1°. silêncio: a oposição *presidente eleito x presidente eleito em pleito indireto* silencia, mas ao mesmo tempo nos revela, sobre a historia da democracia, entendida como direito a escolher o presidente, de 1985 até 2002. Este silêncio é sintomático, porque deixa na surdina a característica essencial da democracia, a troca de poder. Ora, no período acima referido, o país passou o poder dos militares a uma elite civil conservadora e se prepara, em outubro de 2002, para passar o poder a um grupo, que se autodenomina *esquerda*, cujo representante é um ex-metarlúgico, que não faz parte da elite civil conservadora, o que instaura um novo silêncio.

2°. silêncio: o enunciado *a história do Brasil é a história da busca da verdadeira prosperidade*, atribuído a Tancredo Neves, procura negar as transformações que um operário e seu grupo possam vir a realizar, até porque *crescimento econômico, mais emprego e melhores salários* perdem o sentido, ou seja, ficam silenciados, diante do que preconizava Tancredo: *trabalho, pão, teto e letras*. Com esse tipo de silenciamento, o sujeito do

discurso está retirando as credenciais do ex-metarlúgico para governar o país, o que fica bastante explícito no seguinte enunciado: *cito Tancredo apenas para deixar claro que a esperança não foi inventada pelo PT em 2002*, que é um gancho para o terceiro e último silêncio.

3°. silêncio: Quando o sujeito afirma que *a esperança não foi inventada pelo PT em 2002*, além de intertextualmente remeter a um slogan do PT *a esperança venceu o medo*, está também silenciando o referente de *medo*. Enquanto deixa explícito o que é a *esperança* (as propostas de Tancredo), deixa na sombra, ou na interpretação de qualquer um, o que é o *medo*. Mas por que o sujeito silencia o referente de *medo*? O silêncio deste referente se deve a dois fatores: a não aceitação do discurso do PT e a explicitação desse referente exigiria a compreensão do imaginário popular (*a voz rouca das urnas*), de apoio maciço ao candidato deste partido.

5.4 – Discurso e sentido

Em Análise de Discurso, há conceitos já estabelecidos como os de formação discursiva, interdiscursividade, texto, discurso, entretanto há outros que precisam ser bem mais trabalhados, cito apenas alguns: sujeito, ideologia, sentido. Aqui faremos as seguintes questões: quando fala de "sentido" de que "sentido" está falando a Análise de Discurso?

Nossa primeira referência, que tomamos como ponto de partida, será à noção que Barthes (1987) tem de sentido. Segundo

o autor, sentido não são as palavras ou grupo de palavras que aparecem nos dicionários e nas gramáticas, apreendido por conhecimento da língua (que não lhe é suficiente), mas as conotações, os sentidos segundos, que podemos recuperar por associações e por relações. Nessa reflexão, surgem alguns postulados que necessitam de esclarecimentos: o sentido não é apenas lingüístico, há sentidos literais (denotativos) e sentidos transferidos (conotativos), precisamos distinguir língua de textos e discursos. Esses princípios são sabiamente inerentes a quem estuda a linguagem, entretanto essa distinção entre o lingüístico e o discursivo (assim entendemos a oposição denotativo x conotativo) tem causado alguns problemas para a AD, principalmente quando diz respeito a aspectos de natureza enunciativa (entre os lingüistas) e a aspectos de natureza documental (entre historiadores e outros pesquisadores não-lingüistas). É tentando diminuir essa dificuldade que estudamos o sentido nos discursos. A leitura de um romance.pode nos ajudar nessa tarefa. Em **Os leopardos de Kafka,** de Moacyr Scliar, o personagem central encontra-se às voltas com um texto de Kafka, ao qual atribui um sentido revolucionário, partindo das suas leituras do Manifesto Comunista, de Marx, de livros de Lenin e de Trotsky, entretanto o próprio autor do texto (num diálogo entre Benjamin Kantarovitch e Franz Kafka, conforme criação de Scliar) desfaz o equívoco, afirmando que ele escreveu o texto para uma revista. Aqui, há quatro realidades fundamentais para a compreensão dos sentidos do discurso: o texto, o discurso, o sujeito e a língua. O texto tem um sentido, que tanto pode estar escondido e inacessível à leitura, como pode estar

totalmente aberto, essas variáveis dependem do sujeito e do discurso, que são caracterizados por sua memória e interdiscursividade. No romance em questão, Benjamin está imerso em uma ideologia marxista revolucionária e todas as suas leituras são intermediadas pelo Manifesto Comunista, o que dá um sentido diferente ao texto. Entretanto, nada disso seria possível sem o lugar do equívoco na língua; é porque a língua, em alguns momentos, se constituí de equívocos que os sentidos do discurso sempre podem ser outros. Estamos dizendo que os elementos da língua não significam na abstração das estruturas e a sua realização como textos, atravessados por discursos, nos dá a materialidade de seus sentidos. Com essa reflexão, concordamos com GUIMARÃES (1999), para quem a forma da língua se relaciona com a história do texto, a forma da língua significa por suas relações com a história dos textos em que aparece. Desse modo, o sentido articula a memória discursiva e as formas lingüísticas na caracterização dos contornos da textualidade. Essa posição teórica vem, na linha do pensamento de Eduardo Guimarães, definir o sentido como uma enunciação historicamente constituída, Segundo GUIMARÃES (1995, p. 66-70), "o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo (...) aquilo que significa, os efeitos de sentido são efeitos do interdiscurso no acontecimento (...) pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem historicidade (...) a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação." Em virtude dessa relação da língua e dos sentidos com os discursos que os

atravessam, as sistematicidades lingüísticas estão expostas "à não completude, à falha, ao engano."

Entretanto, há outros sentidos que são construídos na língua que envolvem diretamente o enunciador, é aquele em que o falante/ escritor precisa comentar suas próprias palavras, seja para reduzir os sentidos, seja para expor o termo a seus múltiplos sentidos. É o que AUTHIER-REVUZ (1998, p. 29-49) denomina de glosas do enunciador, quando este "as comenta ao mesmo tempo em que as enuncia, um dizer que se volta explicitamente sobre si mesmo." O glosador se utiliza de dois mecanismos para produzir esses sentidos metalingüísticos: fixar explicitamente um sentido para o termo X ou solicitar explicitamente uma pluralidade de sentidos para X.

Coloca-se em evidência a capacidade que o sujeito tem, no contexto de diferentes interdiscursos, de especificar ou precisar, esclarecer aquilo que está querendo dizer, não interessa se reduzindo ou expandindo os sentidos.

A relação que o sentido tem com o discurso é, portanto, de duas naturezas: a) o sentido se realiza interdiscursivamente (em sua constitutividade histórica) no entrelaçamento da língua, do texto e do discurso; b) o sentido se manifesta em marcas enunciativas, como comentários do sujeito, através de formas de fixação de um único sentido ou de formas que explicitam a pluralidade dos sentidos. Os recortes abaixo ilustrarão essas duas formas de realização do sentido.

"Lá se vai o Nelsinho Batista para o Japão. No Flamengo, ficou quatro meses e meio; no São Caetano, ficou três jogos. Já está arrumando as malas. Parece que o Nelsinho não compartilha

do velho discurso dos treinadores brasileiros queixando-se de que os clubes e os dirigentes não lhes dão tempo para trabalhar. É da "cultura" do futebol brasileiro, conforme eles costumam dizer." (Fernando Calazans: O Globo, 30 de Julho de 2003).

"Pelo que ficou dito até agora, teorizar sobre algo é transformá-lo num objeto problemático, isto é, de interesse para um estudo de caráter metódico e analítico. Ora, o produto cultural que hoje chamamos literatura (...), desde que se fez presente na civilização ocidental, tem sido objeto de teorização, no sentido amplo em que estamos por ora empregando essa palavra." (SOUZA: 1990)

No primeiro recorte, o sentido da palavra *cultura* não é o do dicionário, mas o que é construído no texto, através da formação discursiva dos técnicos de futebol; as aspas (um recurso lingüístico para discurso citado) também contribuem na especialização do sentido. Nesse texto, *cultura* significa algo como "condições de trabalho (referentes a tempo) oferecidas aos técnicos de futebol por dirigentes de clubes"; conseqüentemente, o discurso constitui o sentido da palavra.

No segundo recorte, a expressão *no sentido amplo* especifica positivamente o sentido que o autor quer para o termo *literatura*. Ele já se referiu ao que entende por literatura em sentido: *produto cultural da civilização ocidental*; tudo quanto ele disser sobre esse produto cultural é uma interpretação do que denomina de *sentido amplo*. Nesse caso, estabelece-se uma situação lingüística, construída pelo sujeito, em que a enunciação deixa marcas para interpretação dos sentidos do enunciado.

5.5 – O espaço da aula e os discursos

As pesquisas sobre ensino de língua portuguesa têm considerado diferentes aspectos no tocante ao que o professor faz em sala de aula: como são estudadas as descrições lingüísticas e os usos da língua (nos níveis fono-morfológicos, morfossintáticas, lexicais, estilísticos e semântico-pragmáticas), as relações interacionais de natureza textual e discursiva; esses estudos se interessam por questões como a intervenção do professor, dos alunos. Aquelas pesquisas que se preocupam com o texto, sua produção e recepção desenvolveram hipóteses sobre a entrada de variados gêneros textuais no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. No entanto, mesmo com todo o desenvolvimento das teorias de gênero textual e de propostas de como usar sua heterogeneidade na sala de aula, respeitando as condições da escola, o perfil do professor e a realidade do aluno, há ainda um gênero textual que permanece escondido num nevoeiro de incompreensão ou de desinteresse: a aula. Não estou interessado em definir o que é aula (para tanto há reflexões didáticas no campo da educação), ou em saber como ela se organiza (aqueles estudos acima referidos de interação professor-aluno descreve-a a contento), mas em saber como a aula se constitui discursivamente e se essa constituição discursiva a torna um gênero textual-discursivo. Algumas questões são necessárias. Quem é o sujeito da aula? Quem recebe a aula? Qual o seu tecido interdiscursivo, ou quais discursos acontecem numa aula? As respostas a essas questões motivarão discussões sobre algumas categorias que se aceita pedagogicamente sem muita discussão (as discussões sobre

elas são em termos de definição, características, propostas, conseqüências, nunca em termos de negá-las, ou considerá-las como outra realidade): o professor, o aluno, o assunto, a disciplina. Para que possamos discutir, numa perspectiva de Análise de Discurso, tais categorias, retomaremos conceitos já bastante estudados como os de condições de produção e tipologia discursiva, através dos quais, compreenderemos o sujeito da aula e seu interdiscurso.

As condições de produção de um discurso são as representações que cada falante/escritor faz de si mesmo como conhecedor ou autoridade para utilizar aquela fala específica, representações que faz do outro como recebedor ou interpretante, terá o ouvinte/leitor conhecimentos que lhe permitam receber ou interpretar aquele discurso? O responsável pelo discurso também representa para si mesmo e para o outro a própria natureza do objeto do discurso: será ele compreensível, há trechos que precisam de um esclarecimento mais preciso? Essa mesma rede de representações se realiza com o ouvinte/leitor: tenho conhecimentos para entender o texto (oral ou escrito), sou autorizado a ouvir/ler tal texto?; esse que fala/escreve tem conhecimento ou autoridade para me dizer o que diz?; estou conseguindo entender ou aprender o que me dizem, seria necessário que eu me informasse mais sobre o assunto? As condições de produção se caracterizam por sua constituição como o que se denominou "jogo de imagens". Nesse jogo de imagens aparecem, como constitutivos do discurso (representados nele), o sujeito, o tema e o contexto, configurados

como estratégias, ou táticas dos usuários da língua para dar sentido ao ou tirar sentido do texto. O sujeito são os interlocutores, o tema é o discurso em questão, mas também aqueles a que ele remete, e o contexto é o espaço concreto ou imaginário em que se dá a interlocução (entendemos imaginário não como fantasia, mas como situação real de interpretações por parte dos sujeitos).

Aprofundando um pouco o que atrás foi referido como tipologia discursiva, abstrairemos do universo mais amplo dos interdiscursos três processos de sedimentação dos discursos: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Esses modos de manifestação dos discursos nos textos são explicitados através de três critérios: a reversibilidade dos interlocutores, a exposição do tema ou objeto do discurso e a tensão paráfrase-polissemia. Quanto ao primeiro critério: se houver uma troca completa dos interlocutores e não for possível estabelecer o responsável pelo discurso ou a autoria do texto, estamos diante de um discurso lúdico (os textos escritos pelas crianças nas primeiras fases da alfabetização); se houver uma troca controlada dos interlocutores e for possível estabelecer quem organiza a fala, estamos diante de um discurso polêmico (a maioria dos textos acadêmicos, por exemplo, a palestra); se não houver troca de interlocutores e apenas um sujeito aparecer como o responsável pelo discurso, estamos diante de um discurso autoritário (uma grande parte dos livros didáticos). Quanto ao segundo critério: a exposição total do objeto do discurso, incluindo objetivos e estratégias, caracteriza o discurso lúdico; sua exposição parcial caracteriza o polêmico e sua ocultação caracteriza o autoritário. No tocante à tensão paráfrase-polissemia, quanto mais

polissêmico for o discurso, mais lúdico ele será, pois permitirá diferentes interpretações; do mesmo modo, quanto mais parafrástico for o discurso, mais autoritário ele será, pois permitirá uma única interpretação, aquela do autor do texto. No intervalo desta relação, incrusta-se o discurso polêmico, que conjuga as características da paráfrase e da polissemia: há uma interpretação que aceita outras. Os exemplos mais genéricos da exposição do objeto e da tensão paráfrase-polissemia, com referência aos tipos de discurso, são a esquizofrenia, o totalitarismo e a ciência.

Ora, o que acontece numa aula de língua portuguesa? Abaixo, transcrevemos um texto, estudado por GURGEL (1999), que será analisado sob a ótica aqui apresentada:

O texto é uma resposta do professor à seguinte pergunta do pesquisador: *Como a leitura aparece em seu plano de curso?*

"P: eu faço planejamento sim, o que eu vou fazer naquele dia, né? penso o que eu quero passar e sempre...sempre tem uma leitura, sempre tem...ou é contando uma história, ou é uma poesia, sempre é alguma coisa. na escola tem (refere-se ao planejamento) e inclusive é um problema de se trabalhar, na vida daquela escola. porque eu não tenho, eu não dou muito não (refere-se ao conteúdo). eu acho até que é uma deficiência minha, talvez eu tivesse que dar mais, às vezes eu acho que eu tenho que dar mais, às vezes eu acho que eu tenho que dar menos."

A pesquisadora em questão informa que estamos diante de um professor inseguro e que usa a leitura como um instrumento

de conteúdos. Não discordo totalmente, apenas acredito que esse depoimento seja bem mais do que uma simples representação de prática antiga. Está em jogo nesse texto a imagem que o professor tem de si mesmo e da escola, assim como uma incerta tipologia discursiva, que fica na fronteira entre o polêmico e o autoritário.

O sujeito se representa a si mesmo como professor principalmente através de três formas *eu faço, eu penso, deficiência minha.* Esse EU se caracteriza como professor por três traços: o FAZER, ou seja, a elaboração de plano de curso torna-o um professor, mesmo que falhe; o PENSAR, ou seja, antes de entrar em sala de aula, o professor precisa saber o que vai dizer; a DEFICIÊNCIA, que pode ser entendido como "falta de ciência", ou seja, o professor pode estar afirmando, de modo crítico, que a Escola não propicia ao professor condições para que ele evolua em seus conhecimentos. Por essa imagem que ele tem de si mesmo, o professor não é assim tão inseguro!

A Escola é representada como um espaço ao mesmo tempo oportuno e problemático. A escola oferece material e tempo para se trabalhar (permite que o professor faça o seu plano de curso), mas, no seu cotidiano, "na vida daquela escola", essa possibilidade de se fazer o plano de curso, ou qualquer outra atividade, se transforma num problema, porque são tantas atividades a fazer que o tempo oferecido fica insuficiente. O professor está querendo dizer que, em razão de um conjunto de problemas, as atividades escolares não são bem realizadas.

O resquício que há de insegurança é sobre qual discurso o professor assume, se aquele mais autoritário (ele detém o saber e

os alunos são recipientes vazios, no interior do quais o detentor da sabedoria despeja o conhecimento) ou o mais polêmico (em que o professor parte do conhecimento discente para elaborar a aula). No depoimento em questão, o professor oscila entre o discurso autoritário de "passar" o conteúdo e aquele mais polêmico, mais aberto a questões, que permite uma dosagem para mais ou para menos, conforme últimas palavras do texto. Esta incerteza de fronteira em relação ao discurso pedagógico que o professor assume vem apenas salientar sua condição de professor crítico.

Nesse espaço, analisamos apenas um professor, deixamos para o leitor o compromisso de refletir sobre um leitor, um tema da aula e uma disciplina.

Considerações finais

Às vezes perguntamo-nos de que vale escrever ou publicar livros, se estes não tiverem um endereço certo. Tomando essa inquietação como norteadora, pergunto-me a quem endereço esse trabalho. Evidentemente que a professores, inicialmente aos de língua portuguesa, mas não apenas a estes, já que o discurso está presente no trabalho docente em todas as áreas.

Ora, a conclusão desse livro fez-me despertar a curiosidade de saber como os professores convivem com a linguagem, em suas enunciações ditas e esquecidas, em sua polissemia, seus embates ideológico-culturais e no seu fazer e refazer discursivo-textual. Se cada professor tem uma maneira própria de lidar com tais fenômenos discursivos, suas diferenças também são marcadas em seus discursos. Essa diferença, em cada discurso, trouxe-me uma preocupação, que não apareceu nos tópicos como tema, mas que incidental ou indiretamente surgiu na reflexão, a identidade.

Essa é uma outra reflexão que sugerimos aos leitores, as relações entre o discurso e a identidade, em termos pedagógicos ou sociais. Trazer a identidade para uma reflexão sobre o discurso não é estranho ao modo como o professor lida com suas práticas, com o aluno e com suas metodologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUSTINI, Cármen L.H. *Resenha* In **Línguas e instrumentos lingüísticos, n. 6**. Campinas: Pontes, 2001.

ALMEIDA, Napoleão M. *Prefácio* In **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1988 (35ª. ed.), pp. 3-7.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Edunicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Edunicamp, 1998.

BRANDÃO, Helena N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Edunicamp, 1991.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma teoria dos sujeitos da linguagem* In MARI, Hugo, MACHADO, I. & MELLO, R. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 28.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber, v. 1.** Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 152.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loiola, 1996.

FILHO, Rubens Ewald. **Guia de filmes: dvd news**. São Paulo: NBO Editora,

2001.

Guia de vídeo e dvd 2002: o dicionário dos melhores filmes. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

GUILHAUMOU, J. et MALDIDIER, D. *Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso* In **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

GUMPERZ, John J. *Convenções de contextualização* In GARCEZ, Pedro et RIBEIRO, Branca T(Org.). **Sociolingüística interacional**. Porto Alegre: AGE Editora, 1998, pp. 98-119.

GURGEL, Maria C. L. *Leitura: representações e ensino* In VALENTE, André (org.). **Aulas de português: perspectivas inovadoras**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HENRY, P. *Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux* In HAK, T et GADET, F. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Unicamp, 1990.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Edunicamp, 1997.

KOCH, I et TRAVAGLIA, L. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAINGUENEAU, D. **Os termos-chave da análise do discurso**. Lisboa: Gradiva, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARANDIN, J. –M. *Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso* In ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura: da história ao discurso**. Campinas: Edunicamp, 1994.

MIRANDA, J. B. de. *Violência e silêncio: reflexões em torno da fundação da política* In **O não verbal em questão, Rev. de Comunicação e Linguagens, n°**

17-18. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, pp. 103-110.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni (org.). **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Edunicamp, 1988.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. *O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso* In **Revista de DELTA**, V. 10, n. 2. São Paulo: Educ, 1994.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico: por uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.

PÊCHEUX; M. *Análise automática do discurso (AAD-69)* In GADET, F. et HAK, T(org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Edunicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. et FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)* In GADET, F. et HAK, T(org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**.

Campinas: Edunicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *A análise de discurso: três épocas (1983)* In GADET, F. et HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Edunicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje.* In ORLANDI, Eni P.(org.). **Gestos de leitura: da história ao discurso**. Campinas: Edunicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. *O mecanismo do (des)conhecimento ideológico* In **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**, São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POSSENTI, S. *Ainda sobre a noção de efeito de sentido* In GREGOLIN, M. R. et BARONAS, R. (org.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001.

RAMOS, Graciliano. *O romance de Jorge Amado* In **Linhas tortas**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 1985, 12ª. ed., pp. 92-96.

SCHINELO, Rosimar de F. et VILLARTA-NEDER, Marco A. *Fita verde no cabelo: vozes da autoria* In GREGOLIN, M. Rosário V. **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara: FCL; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

SOUZA, Roberto. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1990